



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – *CAMPUS* SÃO ROQUE
Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 – Paisagem Colonial - CEP 18136-540 – São Roque - SP
Contato: <http://srq.ifsp.edu.br/index.php/> Site: srq.ifsp.edu.br

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2025 EXERCÍCIO 2024

-CPA/SRQ-

Este Relatório refere-se à pesquisa realizada no segundo semestre de 2024 para a autoavaliação institucional do IFSP, *campus* São Roque, sobre os cursos superiores, de acordo com as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e foi aprovado pela Comissão Própria de Avaliação do *Campus* São Roque em 12/03/2025.

São Roque/SP

Março/2025

**Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

**Ministro de Estado da Educação
CAMILO SANTANA**

**Reitor
SILMÁRIO BATISTA DOS SANTOS**

**Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
ALDEMIR VERSANI DE SOUZA CALLOU**

**Pró-Reitor de Administração
JOSÉ ROBERTO DA SILVA**

**Pró-Reitor de Ensino
CARLOS EDUARDO PINTO PROCÓPIO**

**Pró-Reitora de Extensão
Rafael Alves Scarazzati**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação
ADALTON MASSALU OZAKI**

**Diretor Geral do *Campus* São Roque
FRANK VIANA CARVALHO**

**Diretora Adjunta Administrativa
KARINA MONTEIRO PINHEIRO**

**Diretora Adjunta Educacional
ANNA CAROLINA SALGADO JARDIM**

Equipe da CPA/SRQ (Portaria SRQ N°33/2024)

ALBERTO PASCHOAL TREZ

(Representante Docente)

ESDRAS HENRIQUE REGATTI MOTINAGA

(Representante Docente)

SILCE ADELINE DANELON GUASSI

(Representante Docente; Presidente da Comissão)

JEAN LOUIS RABELO DE MORAIS

(Representante Técnico Administrativo)

JEFERSON DE MORAES CORREIA

(Representante Técnico Administrativo)

JULIANA MENDES PALOMBI

(Representante Técnico Administrativo)

CARLOS VIVI

(Representante Discente do curso TVE)

JOÃO PEDRO LIMA ORSI

(Representante Discente do curso de LCB)

OTÁVIO HENRIQUE PEREIRA

(Representante Discente do curso de BAD)

MABEL RÉGILA BERNARDINO SANTOS

(Representante da Sociedade Civil)

PAULO ANTONIO BONANDO

(Representante da Sociedade Civil)

VICTOR DE MOURA LOBO

(Representante da Sociedade Civil)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Dados da Rede Federal de Educação Profissional.....	8
1.2. Dados do IFSP	9
1.3. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	11
1.4. Histórico do <i>Campus</i> São Roque.....	12
1.4.1. Aspectos legais do <i>Campus</i>	13
1.4.2. Cursos Oferecidos no IFSP – <i>Campus</i> São Roque.....	13
1.4.3. Infraestrutura básica do <i>Campus</i> São Roque	14
1.5. Contexto Escolar.....	16
1.6. Recursos Humanos.....	17
1.7. Estrutura Organizacional do <i>Campus</i> São Roque	20
1.7.1. Estrutura e organização dos Cursos.....	20
1.7.1.2.4. Curso de Licenciatura em Pedagogia - IFSP <i>Campus</i> São Roque	31
1.8. Políticas e Ações.....	33
1.8.1. Coordenadoria Sociopedagógica.....	33
1.8.4. NAPNE – Ações Inclusivas.....	36
1.8.5. Formação Continuada	37
1.8.6. Políticas e Ações de Extensão.....	38
1.8.7. Programas e Ações de Pesquisa.....	42
1.8.8. Bolsa Discente.....	48
1.8.9. Órgãos Colegiados	50
1.9. Comissão Própria de Avaliação (CPA)	51
2. Método de Avaliação.....	54
2.1. Coleta de Dados.....	55
3. Desenvolvimento e Análise dos dados e Informações da Avaliação Institucional referente ao ano de 2024.....	57
1.1. Análise dos Eixos de Avaliação.....	58
EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	58
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	58
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	64
2. Propostas de melhorias.....	72
3. REFERÊNCIAS.....	73

APRESENTAÇÃO

Este relatório contempla as informações e os resultados das ações desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFSP do *Campus* São Roque durante o ano de 2024, de acordo com os Eixos 1, 4 e 5 dos cinco Eixos e Dimensões demonstrados na Tabela 1, previstos no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei 10.861/2004) do Ministério de Educação, e será incorporado ao Relatório Geral de Autoavaliação 2025, base 2024, desenvolvido pela CPA Central (Reitoria), que incorpora os resultados obtidos em todos os *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

A autoavaliação institucional é um processo mediante o qual a Instituição de Ensino, com a participação de todos os seus segmentos: discentes, docentes e técnicos administrativos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo visando identificar os pontos fortes e os pontos fracos da Instituição para que estes subsidiem os Planos Institucionais de curto e médio prazos e, com isso, possam produzir mudanças que resultem em melhorias efetivas.

Tabela 1. Eixos e Dimensões da Autoavaliação Institucional (SINAES)

EIXO	TEMA DO EIXO	DIMENSÃO
EIXO 1	Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
EIXO 2	Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Planejamento de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
EIXO 3	Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

		Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
EIXO 4	Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão Institucional Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
EIXO 5	Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

O Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do *Campus* São Roque, contém as seguintes partes: Introdução, Método utilizado na Avaliação, Desenvolvimento com os resultados obtidos na pesquisa junto aos três segmentos previstos em lei, Análise dos resultados da Pesquisa de 2024 e Propostas de Melhorias com base nas informações obtidas visando contribuir com os gestores do *Campus*.

Na Introdução constam os objetivos do relatório, o histórico e a caracterização do *Campus* São Roque, a força de trabalho representada pelos servidores, a apresentação dos cursos oferecidos e os dados gerais sobre a participação do *Campus* na autoavaliação institucional. No Método, estão descritos o instrumento de avaliação e a forma de aplicação para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

Já no capítulo de Desenvolvimento e Análise dos Dados e Informações da Avaliação Institucional de 2024, são apresentados os dados e as informações pertinentes aos eixos e às dimensões incluídas na pesquisa, de acordo com o art. 3º da Lei N° 10.861/2004, que instituiu o SINAES.

Finalmente, no capítulo sobre as Sugestões de Melhorias, são apresentadas propostas sintetizadas pela CPA/SRQ com base nos resultados obtidos na pesquisa e que poderão contribuir com o planejamento e as ações visando melhorias na infraestrutura do *Campus*, nos processos administrativos e educacionais, e na estruturação e oferta dos Cursos Superiores. Assim, as ações implementadas a partir

da análise dos dados e das informações, poderão conduzir à melhoria das atividades acadêmicas e da gestão da instituição.

1. INTRODUÇÃO

Este relatório de autoavaliação do IFSP – *Campus* São Roque segue a estrutura proposta nas orientações da Nota técnica nº 65/09-10-2014 do IFSP. Conforme disposto no documento *Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições* do INEP (IFSP, 2019), o processo de Autoavaliação tem dois objetivos centrais:

Objetivo 1: avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a Autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e

Objetivo 2: privilegiar o conceito da Autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

De acordo com o Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo - IFSP os principais objetivos da autoavaliação são:

- a) gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;
- b) pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- c) identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- d) aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- e) fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- f) tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- g) julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- h) prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

1.1. Dados da Rede Federal de Educação Profissional

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) é centenária. De acordo com Jardim (2018, p. 25), em 1909, o Presidente Nilo Peçanha propõe uma política pública de ação permanente por meio da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, dando origem à rede de educação profissional no Brasil. Em 1937, essas escolas foram transformadas em Liceus Profissionais, a partir dos quais são instituídas, em 1942, as Escolas Industriais e Técnicas, que, por sua vez, em 1959 transformam-se em Escolas Técnicas Federais.

No entanto, foi somente em 1978 que as Escolas Técnicas Federais passaram a ser conhecidas como Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). Trinta anos mais tarde, essas instituições são novamente transformadas e passam a compor, a partir de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Desse modo, em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Entre os anos 1909 e 2002, o número de escolas destinadas a EPCT cresceu de 19 para 140 unidades, refazendo, de certa forma, o ideal de Nilo Peçanha, de alcançar populações sem acesso à educação. No entanto, não direcionou suas vagas necessariamente aos desfavorecidos, pois os processos seletivos indicaram múltiplos caminhos de acesso ao ensino profissional (JARDIM, 2018, p. 48). Entre 2003 e 2010, nessa modalidade da educação, foram de fato inauguradas e implantadas 214 novas escolas, totalizando 354 unidades, num crescimento de 152% em oito anos (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2012, p. 17). Para Ortigara (2014, p. 130), “com essa expansão e configuração, os Institutos mostraram-se mais representativos e melhor distribuídos geograficamente em todas as unidades da federação”.

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

Na sequência, são apresentadas informações sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, especialmente para o caso do Estado de São Paulo, e, dentro deste contexto, sobre o *Campus* São Roque, como a identificação e quantidade de servidores, de cursos oferecidos; a política de atendimento e apoio aos estudantes, os programas de bolsas e de financiamento estudantil, e a existência de projetos e ações para a promoção da sustentabilidade socioambiental na gestão da IES e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.2. Dados do IFSP

A Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Ensino, em seu artigo 2.º, define que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Portanto, em sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) tem desenvolvido suas ações em consonância com a referida lei e de acordo com as políticas definidas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Segundo o artigo 2º da Lei 11.892/2008: “§ 1o Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais; § 2o No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais; § 3o Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.”

O estatuto do IFSP, atualmente em revisão, foi aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução n.º 01 de 31 de agosto de 2009 e alterado pela Resolução nº 872 de 4 de junho de 2013 no Artigo 5º, define as seguintes finalidades e características do IFSP:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação

profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFSP;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de Ciências, em geral, e de Ciências Aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de Ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação cultural científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Estatuto também indica, no art. 6.º, os objetivos da Instituição, que são apresentados a seguir:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, tendo como objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática e para a educação profissional;
 - cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em Educação, Ciência e Tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

1.3. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é o planejamento estratégico da instituição, teve seu início com a publicação da Portaria 2552, de 29 de maio de 2013, do IFSP, que instituiu a Comissão responsável pelos trabalhos de organização e sistematização das propostas oriundas da comunidade sobre o

assunto. Vale ressaltar que a composição inicial da Comissão Central foi pautada por uma definição do Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional do CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contou com a representação de vários segmentos da comunidade acadêmica, sendo eles: docente, técnico-administrativo, discente, Conselho Superior e Pró-Reitorias.

O primeiro PDI compreendeu o período de 2014 a 2018 e contou com ampla participação de todos os segmentos da comunidade do IFSP. O segundo PDI, planejou o período de 2019 a 2023, e foi publicado em março de 2019, de acordo com a Resolução 01/2019, e seguiu, em seu desenvolvimento, procedimentos semelhantes ao anterior visando garantir a ampla participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Atualmente está em vigor o PDI 2024 a 2028 aprovado pela Portaria nº 42/2024 (consultar em <https://drive.ifsp.edu.br/s/YKxQt4A5CBFXM4n>)

1.4. Histórico do *Campus São Roque*

A implantação da Unidade Descentralizada (UNED) São Roque foi autorizada pela Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008. A UNED São Roque foi idealizada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I. O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) recebeu um prédio inacabado para instalar a UNED em São Roque. A edificação em questão foi inicialmente projetada para abrigar uma unidade educacional do segmento comunitário. Em meados de 2006, o terreno com o prédio inacabado foi transferido para o CEFET-SP que assumiu a responsabilidade pela sua conclusão, assim como a reestruturação do projeto educacional e aquisição de mobiliário e equipamentos. Uma equipe constituída por representantes do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e do CEFET-SP vistoriou as obras paralisadas e abandonadas há mais de quatro anos para os devidos procedimentos. As ações junto ao PROEP foram concluídas no primeiro semestre de 2008, permitindo que as atividades da UNED São Roque fossem iniciadas no semestre subsequente.

A Aula Inaugural ocorreu em 11/08/2008, com a abertura do Curso Técnico em Agronegócio. Foram disponibilizadas às comunidades são-roquense e adjacentes, nos períodos vespertino e noturno, turmas com capacidade de 40 alunos cada. Dessa forma, a UNED São Roque foi pioneira na implantação de curso técnico na área das

Ciências Agrárias no CEFET-SP, vindo ao encontro da tradição e da importância do ensino agrícola na Rede Federal do Brasil como um todo.

Por conta da Lei 11.892, de 29/12/2008, a UNED São Roque passou a ser denominada de *Campus* São Roque, acompanhando a mudança de CEFET-SP para IFSP e tem se empenhado em atender às demandas da microrregião no qual está inserido, que contempla os municípios de São Roque, Alumínio, Araçariguama, Cotia, Ibiúna, Itapevi, Mairinque e Vargem Grande Paulista.

1.4.1. Aspectos legais do *Campus*

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – <i>Campus</i> São Roque
Sigla	IFSP – SRQ
CNPJ	10.882.594/0006-70
Endereço	Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 - Paisagem Colonial - São Roque/SP
CEP	18145-090
Telefone	(11) 4719-9500
Página institucional	http://srq.ifsp.edu.br
E-mail	edu-srq@ifsp.edu.br
Dados Siafi: UG	158329
Gestão	26439
Autorização de funcionamento	Portaria Ministerial nº 710, de 09/06/2008

1.4.2. Cursos Oferecidos no IFSP – *Campus* São Roque

Nome do Curso	Oferta
Técnico em Agronegócio – Concomitante ao Ensino Médio	2008 – 2012
Técnico em Agroindústria – Concomitante ao Ensino Médio	2009 – 2012

Licenciatura em Ciências Biológicas	Desde 2010
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEESP)	2012 – 2016
Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEESP)	2012 – 2015
Tecnologia em Gestão Ambiental	Desde 2012
Tecnologia em Viticultura e Enologia	Desde 2013
Técnico em Serviços Públicos (EAD em Parceria com a Rede e-Tec Brasil)	2013 – 2017
Bacharelado em Administração	Desde 2014
Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio	Desde 2015
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	Desde 2015
Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	Desde 2017
Pós-Graduação Latu Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza	Desde 2019

Fonte: JARDIM, 2018.

Com base no PDI 2024 a 2028 estão previstos para 2025 o Curso de Licenciatura em Pedagogia e o MBA no eixo de Gestão e Negócios.

1.4.3. Infraestrutura básica do *Campus* São Roque

O Quadro 1, abaixo, apresenta a infraestrutura atualizada do *Campus* São Roque.

Quadro 1: Infraestrutura do *Campus* São Roque

Salas	Área	Quantidade	
auditório	295	1	
Biblioteca	390	1	
sub total	685		
Instalações administrativas			
Coordenação Secretaria	20,5	1	
Secretaria	26,3	1	
Coord. de apoio ao ensino	10,5	1	
Coord. de apoio ao ensino	10,5	1	
CAP	16	1	
CSP	56,8	1	

CGP	27,1	1	
DRG+CDI+Sala de reunião	56,8	1	
DAA+CLT+CCF	56,8	1	
CTI	56,8	1	
Sala adm. do Laboratório	15,0	1	
Sala CPA/SRQ	16,0	1	
sub total	369,1		
Laboratórios	Área	Quantidade	
Lab. de Enologia	108,7	1	
Lab. de análises de alimentos e bebidas	69,4	1	
Lab. de análise sensorial	41,3	1	
Lab. de análises biológicas	41,3	1	
Lab. de Zoologia	41,3	1	
Lab. de Botânica	41,3	1	
Lab. de Química	83,5	1	
Lab. de Microbiologia	72,7	1	
Lab. de Alimentos	114,7	1	
Lab. de análise ambientais	32	1	
Laboratório de Ciências	113,6	1	
Laboratório de informática 1	77,5	1	
Laboratório de informática 2	77,5	1	
Laboratório de gestão	93,0	1	
sub total	1007,8		
Salas de aula	Área	Quantidade	Área somada
Salas 1 a 8	56,3	8	450,4
Salas 9 e 10	76,1	2	152,2
Salas 13 a 16	47,8	4	191,2
Salas 17 e 18 (novas)	56,8	2	113,6
Sala de artes	84	1	84
sub total	991,4	17	
Esportes, saúde e alimentação	Área	Quantidade	
ginásio, salas adjacentes e vestiários	1782	1	
Refeitório	200	1	
Enfermagem	11	1	
sub total	1993		
Salas docentes	Área	Quantidade	
Pesquisa + extensão	23,7	1	
Sala de Coordenação Superior	35	1	
Sala de Coordenação médio	35	1	
Salas dos Professores	38,3	1	
Gab. de trabalho para 8 docentes 4(baias de 25m²)	100	1	
sub total	232		

Serviços	Área	Quantidade	
Cozinha	190,6	1	
Cantina	25,8	1	
Copa servidores	31,5	1	
Pergolado	70,3	1	
sub total	318,2		
Banheiros			
Banheiros masculinos (alunos) com acessibilidade		1	
Banheiros femininos (alunos) com acessibilidade		1	
Banheiros masculinos (alunos) sem acessibilidade		1	
Banheiros femininos (alunos) sem acessibilidade		1	
Banheiros somente acessibilidade		1	
Estacionamento	65 vagas		

1.5. Contexto Escolar

O *Campus* São Roque encontra-se localizado em um bairro periférico do município de São Roque e, apesar de ter iniciado suas atividades tendo em vista uma demanda de desenvolvimento agrônômico da região, a mudança de CEFET para IFSP implicou em uma modificação na estrutura e finalidades estabelecidas para a escola, inclusive no que se refere ao percentual das vagas ofertadas, das quais 50% devem ser destinadas a matrículas em cursos técnicos de preferência integrados ao Ensino Médio, 30% em cursos superiores e 20% em cursos de formação de professores, conforme determina a Lei nº 11892/2008, que cria os Institutos Federais.

Na busca de orientar sua oferta formativa em prol da consolidação e fortalecimentos dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, constatou-se a demanda de oferta de cursos na área de ciências agrárias, ambientais e gestão, resultando no oferecimento de diferentes formas de graduação, como cursos de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado, e na oferta de cursos técnicos como o Técnico em Administração, Técnico em Alimentos e Técnico em Meio Ambiente, todos integrados ao Ensino Médio.

Dessa forma, ao ofertar cursos de nível médio e superior, o *Campus* São Roque atende um público com diferentes faixas etárias, recebendo alunos, em sua maioria, do próprio município, dos municípios vizinhos, de Sorocaba e até da cidade de São Paulo e de sua Região Metropolitana. A questão da convivência entre adolescentes e

adultos na divisão de um mesmo espaço escolar implica no reconhecimento da coexistência de diferentes sujeitos, com diferentes perfis e distintas motivações, que buscam em comum um melhor nível de educação e, conseqüentemente, uma melhora nas condições de vida. A maioria dos estudantes é oriunda de famílias menos favorecidas socioeconomicamente, que possuem renda familiar mensal inferior a cinco salários-mínimos. O crescimento da instituição é um reflexo da busca contínua pela qualidade no fazer pedagógico e administrativo.

1.6. Recursos Humanos

Em 2024 o IFSP, *Campus São Roque*, contou com 116 Servidores, sendo 115 da própria Instituição e 1 docente acompanhante de cônjuge proveniente da UNIFASF. Abaixo, a relação de Servidores.

Relação de Servidores do IFSP alocados no *Campus São Roque*

Nº	SERVIDOR <i>CAMPUS SÃO ROQUE</i>	CARGO	SETOR
1	Adriana Martini Moreira Gomes	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CRA-SRQ
2	Alberto Paschoal Trez	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
3	Alequexandre Galvez de Andrade	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
4	Alexandre Pereira Chahad	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	DRG/SRQ
5	Ana Carolina Macena Francini	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	CEX-SRQ
6	Andrea Barros Carvalho Oliveira	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	AMB-SRQ
7	Andre Kimura Okamoto	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ALI-SRQ
8	Anna Carolina Salgado Jardim	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	DAE-SRQ
9	Antonio Noel Filho	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ALI-SRQ
10	Aurea Juliana Bombo Trevisan	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ALI-SRQ
11	Benedito Aurelio Pereira	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CRA-SRQ
12	Bento Filho de Sousa Freitas	TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PCIFE) - 701079	CSP-SRQ
13	Breno Bellintani Guardia	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
14	Caio Fernando Vieira	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	AMB-SRQ
15	Carla de Oliveira Burgati	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CAE-SRQ
16	Carlos Alberto Araripe	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TVE-SRQ
17	Clayton Luis Baravelli de Oliveira	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	TGA-SRQ
18	Clenio Batista Goncalves Junior	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
19	Creuza Figueiredo Lago Pizzi	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CLT-SRQ
20	Daniela Alves Soares	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ADM-SRQ
21	Denise Aparecida da Silva Rios	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	AMB-SRQ
22	Duzolina Alfredo Felipe de Oliveira	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
23	Eddy Bruno dos Santos	AUX EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701405	CGP-SRQ

24	Edmara dos Santos Ribeiro	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CGP-SRQ
25	Eduardo Roque Mangini	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
26	Elenice Luzia Ribeiro	AUXILIAR DE BIBLIOTECA (PCIFE) - 701409	CBI-SRQ
27	Eli da Silva	ADMINISTRADOR (PCIFE) - 701001	CLT-SRQ
28	Elis Regina Ferreira	ASSISTENTE DE ALUNO (PCIFE) - 701403	CAE-SRQ
29	Esdras Henrique Regatti Motinaga	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	AMB-SRQ
30	Fabiana Florio Domingues	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
31	Fabio Laner Lenk	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TVE-SRQ
32	Fabio Patrik Pereira de Freitas	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ALI-SRQ
33	Fabio Stefani da Silva	ASSISTENTE DE ALUNO (PCIFE) - 701403	CAE-SRQ
34	Felipe Andres Silva Larrosa	ASSISTENTE DE ALUNO (PCIFE) - 701403	CAE-SRQ
35	Fernanda Asseff Menin	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	TGA-SRQ
36	Fernanda Rodrigues Pontes	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA (PCIFE) - 701010	CBI-SRQ
37	Fernando Oliveira Piedade	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
38	Fernando Santiago dos Santos	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
39	Fernando Schoenmaker	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
40	Flavio Trevisan	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
41	Francisco Rafael Martins Soto	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
42	Frank Viana Carvalho	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	DRG/SRQ
43	Gloria Cristina M.Coelho Miyazawa	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
44	Heber Vicente Bensi	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA (PCIFE) - 701010	CBI-SRQ
45	Herlison Ricardo Domingues	TECNICO EM CONTABILIDADE (PCIFE) - 701224	CCF-SRQ
46	Janaina Ribeiro Bueno Bastos	PEDAGOGO-AREA (PCIFE) - 701058	CSP-SRQ
47	Jean Louis Rabelo de Moraes	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CCF-SRQ
48	Jeferson de Moraes Correia	ASSISTENTE DE ALUNO (PCIFE) - 701403	CEX-SRQ
49	Joseane Gomes dos Santos	CONTADOR (PCIFE) - 701015	DAD-CBT
50	Jose Hamilton Maturano Cipolla	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
51	Jose Luiz da Silva	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
52	Juliana Mendes Palombi	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CRA-SRQ
53	Karina Arruda Cruz	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ALI-SRQ
54	Karina Monteiro Pinheiro	TECNICO EM CONTABILIDADE (PCIFE) - 701224	DAA-SRQ
55	Katia Cristina Alves Pinto	TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PCIFE) - 701079	CEX-SRQ
56	Leila Cristina dos Santos	TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS (PCIFE) - 701266	NAPNE-SRQ
57	Leonardo Pretto de Azevedo	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TVE-SRQ
58	Livia Mauler Moura	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CCF-SRQ
59	Luana de Andrade Silva Canhone	ASSISTENTE SOCIAL (PCIFE) - 701006	CSP-SRQ
60	Lucas Soares Cobello	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	LCB-SRQ
61	Luiz Felipe Borges Martins	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	DRG/MRC
62	Luiz Gustavo Lovato	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	TVE-SRQ
63	Maira Oliveira Silva Pereira	TECNICO DE LABORATORIO AREA (PCIFE) - 701244	CDI-SRQ
64	Marcia de Oliveira Cruz	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ADM-SRQ
65	Marcio Pereira	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	CPI-SRQ

66	Marcos Akio Hirakawa	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CAP-SRQ
67	Maria Julia Mendes Nogueira	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ALI-SRQ
68	Mariana Bizari Machado de Campos	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
69	Marina Kanthack Paccini Razze	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	CFQVP-DGP
70	Marite Carlin Dal Osto	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TVE-SRQ
71	Mary Grace Pereira Andrioli	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	PED-SRQ
72	Mateus Guimaraes Borges	AUX EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701405	CRA-SRQ
73	Miria Camargo Felicio	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
74	Moacir Silva de Castro	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
75	Nathalia Abe Santos	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
76	Nathalie Zamariola	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
77	Patricia Isabela Silva Pessoa	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
78	Paula Fabiane Martins	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	DAIE-INOVA
79	Paulo Roberto Ribeiro Marinho	PSICOLOGO-AREA (PCIFE) - 701060	CSP-SRQ
80	Rachel Andriollo Trovarelli	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	TGA-SRQ
81	Rafael A. S. Barberino Rodrigues	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ADM-SRQ
82	Rafael Batista Novaes	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ADM-SRQ
83	Rafael Billar de Almeida	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CRA-SRQ
84	Rafael Fabricio de Oliveira	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
85	Ramieri Moraes	TECNICO DE LABORATORIO AREA (PCIFE) - 701244	DAE-SRQ
86	Renan Felicio dos Reis	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
87	Ricardo Augusto Rodrigues	TECNICO DE LABORATORIO AREA (PCIFE) - 701244	DAE-SRQ
88	Ricardo dos Santos Coelho	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
89	Rodolfo Liporoni Dias	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
90	Rodrigo Umbelino da Silva	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	AMB-SRQ
91	Rogério de Souza Silva	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
92	Rogério Tadeu da Silva	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
93	Rogério Tramontano	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	AMB-SRQ
94	Roger Soares de Jesus Mello	PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO (CMEBT) - 707002	BAD-SRQ
95	Rosa Amelia Barbosa	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	DRG/SRQ
96	Rosana Mendes Roversi	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TVE-SRQ
97	Roseli Gomes de Lima Costa	TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PCIFE) - 701079	CSP-SRQ
98	Rylla Zanini Silva	PEDAGOGO-AREA (PCIFE) - 701058	CSP-SRQ
99	Sandra H. Shiokawa de Simone	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	AMB-SRQ
100	Sandro Heleno Morais Zarpelao	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	AMB-SRQ
101	Sandro Jose Conde	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
102	Silce Adeline D. Guassi Signorelli	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ALI-SRQ
103	Silvan Amaro Oliveira	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (PCIFE) - 701226	CTI-SRQ
104	Sonale Diane Pastro de Oliveira	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	ADM-SRQ

105	Tatiane Monteiro da Cruz	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
106	Thais Melega Tome	TECNICO DE LABORATORIO AREA (PCIFE) - 701244	DAE-SRQ
107	Thais Minatel Tinos	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	AMB-SRQ
108	Thiago de Jesus S. Lopes Santos	TECNOLOGO-FORMACAO (PCIFE) - 701081	CGP-SRQ
109	Tiago Joao Vaz	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (PCIFE) - 701226	CTI-SRQ
110	Valter de Souza Filho	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
111	Vanderlei Jose Ildefonso Silva	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	LCB-SRQ
112	Vivian Delfino Motta	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TGA-SRQ
113	Waldemar Hazoff Jr	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	BAD-SRQ
114	Willian dos Santos Triches	PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO (CMEBT) - 707001	TVE-SRQ
115	Wilson Roberto Carraturi Pereira	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	CAP-SRQ

Docente efetiva em exercício provisório no <i>campus</i> São Roque em 2024			
	NOME	CARGO	ORGÃO DE ORIGEM
1	Tarina Unzer Macedo Lenk	Magistério Superior	UNIFASF

1.7. Estrutura Organizacional do *Campus* São Roque

Em linhas gerais, acompanhando a estrutura organizacional da Reitoria, o funcionamento do IFSP em nível de *Campus* enquanto autarquia federal é regido por suas normatizações, sobressaindo a Resolução n.º 26/2016 que estabelece as regras de funcionamento de cada *Campus* e a Resolução n.º 45/2015 que estabelece as regras do Conselho de *Campus* (ConCam) (JARDIM, 2018, p. 66).

Cada *Campus* é responsável por oferecer educação profissional e tecnológica nos níveis médio e superior sendo que a Resolução IFSP n.º 26/2016 estabelece os direcionamentos gerais e específicos além das regras operacionais das três instâncias da direção de cada *Campus*, *ou seja*, a Direção-Geral e as duas diretorias adjuntas: a Direção Adjunta Administrativa (DAA) e a Direção Adjunta Educacional (DAE).

1.7.1. Estrutura e organização dos Cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de

conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. Em busca de uma formação humana e cidadã, que precede a qualificação para o exercício da laboralidade, e com foco no compromisso de assegurar aos profissionais formados a possibilidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Nos próximos tópicos são apresentados os cursos oferecidos oferecidos pelo *Campus* São Roque, os quais foram reformulados no ano de 2022, visando o atendimento às novas Diretrizes Curriculares Nacionais e atualização dos Cursos Técnicos, prevista no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

1.7.1.1. Cursos Técnicos

Na educação profissional técnica de nível médio, retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada.

Logo, o objetivo é a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim é possível contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos integrados ao Ensino Médio, podendo ser ofertados em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do *Campus*, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os Institutos Federais.

1.7.1.1.1. Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo. No *Campus* São Roque, são oferecidos os cursos: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio.

1.7.1.1.1.1. Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

Este curso começou a ser oferecido no *Campus* São Roque em 2012, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo/SEESP, firmada pelo Acordo de Cooperação nº 002/2011, aprovado pela Resolução nº 564 de 26 de março de 2012. Nesta parceria as aulas com os componentes do Núcleo Básico ocorriam em uma Escola Estadual a cerca de cinco quilômetros do *Campus* São Roque, e as aulas dos componentes profissionalizantes aconteciam no próprio *Campus*. Em 2015, o curso passou a ser oferecido de forma integral e todas as aulas passaram a ocorrer no *Campus* São Roque.

O Técnico em Administração atua em processos administrativos nas áreas de: recursos humanos, finanças, compras, logística, vendas, marketing, produção/operações, e de outros serviços relacionados ao funcionamento de uma

organização, tendo como principais atribuições a definição de processos mais eficientes para as situações cotidianas, eventualmente envolvendo-se com questões mais complexas de gestão organizacional. Tem como diretrizes, em suas ações, a busca de: eficiência, eficácia, efetividade e relevância, amparadas na tolerância, no comportamento empreendedor e na ética. Deve ter facilidade de comunicação verbal e escrita, sendo capaz de gerir e trabalhar em equipe. Em virtude da formação integrada, o Técnico em Administração consegue relacionar teoria e prática, praticar a cidadania, atuar em equipe e de forma empreendedora no mundo do trabalho, ou em novos negócios ou projetos, se desejar empreender. É preparado para buscar aprimoramento pessoal e profissional, destacadamente por ter aprendido a aprender.

1.7.1.1.1.2. Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio

Este curso também começou em 2012 com a parceria com a SEESP. A partir de 2015, o curso passou a ser oferecido integralmente pelo *Campus* São Roque.

O Técnico em Alimentos atua no processo de produção, preparo, conservação, comercialização e distribuição de alimentos e matérias primas, suprimentos, equipamentos e insumos utilizados na área alimentícia. Compreende e aplica técnicas e conceitos teóricos e práticos apropriados para as mais diversas circunstâncias relativas à cadeia produtiva de alimentos e bebidas. Auxilia no planejamento, coordenação e controle de atividades do setor. Realiza sanitização das indústrias de alimentos e bebidas. Controla e corrige desvios dos processos manuais e automatizados. Acompanha a manutenção de equipamentos. Participa do desenvolvimento de novos produtos e processos. Realiza análise sensorial, química, físico-química e microbiológicas. Atua em indústrias de alimentos e bebidas, entrepostos de armazenagem e beneficiamento, laboratórios, instituições de pesquisa, de consultoria, de fiscalização sanitária e proteção ao consumidor, de indústria e comércio de insumos e equipamentos.

1.7.1.1.1.3. Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Da mesma forma que os outros cursos integrados, este também é destinado a jovens que iniciarão o ensino médio. O curso é ofertado integralmente (Base Nacional Comum e Parte Profissionalizante) nas dependências do IFSP *Campus* São Roque, desde 2017.

O curso visa formar profissionais capazes de coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais; elaborar relatórios e estudos ambientais; propor medidas para a minimização dos impactos e recuperação de ambientes já degradados; executar sistemas de gestão ambiental; organizar programas de Educação Ambiental com base no monitoramento, correção e prevenção das atividades antrópicas, conservação dos recursos naturais através de análises preventivas; organizar redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos; identificar os padrões de produção e consumo de energia; realizar levantamentos ambientais; operar sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos; relacionar os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente; realizar e coordenar o sistema de coleta seletiva; executar plano de ação e manejo de recursos naturais; elaborar relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de um processo, indicando as consequências de modificações capazes de atender às demandas dos diversos setores da sociedade a partir de uma formação em nível técnico, articulando ensino, pesquisa e extensão (Fonte: PPC do Curso).

1.7.1.2. Cursos de Graduação

No contexto da Graduação é oferecido um curso de Licenciatura, dois cursos de Tecnologia e um de bacharelado.

O curso de Licenciatura visa atender às demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas, com foco na qualidade na formação dos egressos como um compromisso político e social e com destaque no uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência.

Os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos estudantes a aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado na Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus

alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, o curso de *Bacharelado* se relaciona com a formação profissional e estando organizado segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

1.7.1.2.1. Licenciatura em Ciências Biológicas (LCB)

Desde agosto de 2010, o Campus São Roque oferece o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (LCB), com duração de 8 semestres (4 anos). Foi reconhecido pelo MEC em 2014, obtendo nota máxima (5,0) no Conceito de Curso (CC). Na edição de 2017 e de 2020 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a nota do curso foi igual a 4,0 (máximo 5).

O licenciado em Ciências Biológicas, formado pelo IFSP, Campus São Roque, está apto a atuar profissionalmente como docente no Ensino Básico, especificamente no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, desempenhando as seguintes funções: docência em ensino de Ciências, docência em ensino de Biologia, elaboração e condução de atividades de divulgação das Ciências e da Biologia e execução e orientação na área de Ciências Biológicas. Este profissional será capaz de compreender e atuar sobre o processo de ensino-aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem; priorizar o desenvolvimento de competências e habilidades; adotar a prática como componente curricular; adotar estratégias de ensino diversificadas que explorem menos memorização e privilegiem o raciocínio; adotar estratégias de avaliação diversificadas atendendo a múltiplas formas de expressão do conhecimento; ter consciência dos aspectos emocionais e afetivos que envolvem o ensino e a aprendizagem, entre outros.

Profissionalmente deverá tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, estabelecendo relações entre diferentes cenários dentro das Ciências, entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos.

Para cumprir sua missão na área da educação, precisará ter consciência do processo de transformação do conhecimento, atualizando constantemente seus estudos para acompanhar as transformações da humanidade, seja do campo

educacional geral ou específico, seja no campo de conhecimento científico tecnológico, bem como da vida em geral, mantendo atualizados seus conhecimentos sobre legislação e a atuação profissional.

1.7.1.2.2. Tecnologia em Gestão Ambiental (TGA)

Desde 2012, o Campus São Roque oferece o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, com duração de 5 semestres (2,5 anos), o qual foi reconhecido pelo MEC em 2014, obtendo nota 4 no Conceito de Curso (CC). Na edição de 2016 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a nota do curso foi igual a 3. O Conceito Preliminar de Curso em 2017 foi igual a 3. Na edição de 2019 do Enade a nota do curso foi igual a 4. A mais recente avaliação do curso foi via Enade 2023, mas as notas não foram divulgadas até o momento. O acesso regular ao curso é pelo SISU, com a possibilidade de entradas adicionais via Editais de Transferência ou de vagas remanescentes.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, espera-se que o egresso seja um cidadão com formação ética, visão crítica e com forte consciência ambiental, desenvolvida na formação humanista e capacitado tecnicamente para o desempenho de sua atividade profissional nas atividades organizacionais correlatas ao curso, em empresas privadas, nas áreas governamentais e nas atividades do Terceiro Setor focadas na questão ambiental.

O profissional deve estar apto para atuar na Gestão Ambiental que inclui planejamento, organização, liderança, execução, controle e correção. No mercado de trabalho, consultoria e auditoria ambiental, coordenar equipes multidisciplinares, com o objetivo de avaliar, prever, recuperar e minimizar impactos e riscos causados ao ambiente. Além disso, conforme consta no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Tecnólogo em Gestão Ambiental, entre outras atribuições, analisa o impacto ambiental, elabora laudos e pareceres, acompanha e monitora a qualidade ambiental. Pode, ainda, elaborar e implantar políticas e programas de educação ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza.

O Tecnólogo em Gestão Ambiental deve possuir autonomia intelectual, capacitação para pesquisa, inovação e domínio tecnológico para as atividades

específicas da gestão ambiental, alicerçado na interdisciplinaridade para o desenvolvimento do saber, abrangendo, assim, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores relacionados com a formação geral do ser humano e, de forma específica, com os assuntos mais diretamente relacionados com a questão ambiental.

Desde 2023 está em vigor um novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC), atualizado com as novas diretrizes do curso, incluindo a curricularização da extensão. Neste novo PPC, a curricularização está estruturada como parte da carga horária de disciplinas e são parte integrante de três projetos de extensão em execução, a saber: Organização de eventos (1º e 2º semestres); Desenvolvimento Municipal e transformação social (3º a 5º semestres); Projeto (25h) de Curricularização da Extensão do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Anualmente é realizado o acompanhamento de egressos do curso. Em 2024 esta ação foi realizada via projeto de ensino “Avaliação de egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental”, coordenado pelo docente Flávio Trevisan. O relatório desta ação apresenta informações importantes sobre a empregabilidade dos estudantes na área de formação e sugestões de melhorias para o aprimoramento do curso.

O curso é reconhecido pelo Conselho Regional de Administração (CRA) conforme D.O.U. N°217 de 13/11/09, Seção 1, páginas 183 e 184, e pelo Conselho Regional de Química (CRQ).

1.7.1.2.3. Tecnologia em Viticultura e Enologia (TVE)

Desde 2013, o *Campus* São Roque oferece o curso superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, com duração de 6 semestres (3 anos). Foi reconhecido pelo MEC em 2015, obtendo nota 4,0 no Conceito de Curso (CC). O acesso é pelo SISU.

A área de formação profissional do Tecnólogo em Viticultura e Enologia compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Inclui-se também, dentre as habilidades e competências desenvolvidas a aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos presentes na elaboração ou industrialização dos derivados da uva e do vinho, atividades de aquisição e otimização de máquinas e implementos, controle de insumos e produtos, controle fitossanitário, distribuição,

difusão e comercialização de tecnologias, produtos e serviços, desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas, processos e produtos de origem vegetal.

Poderá prestar assistência técnica e exercer atividades de extensão, pesquisa, experimentação e ensino vitivinícola. Realização de análise sensorial, orientação do controle de qualidade, supervisão dos processos de produção e conservação de produtos da uva, emprego de medidas de preservação ambiental, e a promoção da cultura do vinho, dos espumantes e conhaques também são atribuições desse profissional. O Tecnólogo em Viticultura e Enologia atua em diversas áreas do setor vitivinícola. Tem a responsabilidade de planejar, implantar, gerenciar e avaliar todas as etapas da cadeia produtiva dos derivados da uva e do vinho. Atua na escolha das cepas de uva, plantio, colheita, processamento, fermentação, envase, armazenagem, comercialização e até atividades de *sommelier*. A análise sensorial, o controle de qualidade, a supervisão dos processos de produção e conservação; as atividades de controle ambiental, a cultura do vinho, dos espumantes e conhaques são também atribuições deste profissional. Prestar assistência técnica, exercer atividades de extensão, pesquisa, experimentação e ensino vitivinícola.

São atribuições exclusivas do profissional Tecnólogo em Viticultura e Enologia o exercício de responsabilidade técnica pela empresa vinícola, seus produtos e pelos laboratórios de análise enológica; assim como executar perícias exigidas em processos judiciais a título de prova e contraprova.

1.7.1.2.4. Bacharelado em Administração (BAD)

O Bacharelado em Administração é oferecido no *Campus* São Roque desde 2014, com duração de oito semestres (4 anos) e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC). Foi avaliado pelo MEC em 2016 e obteve nota igual a 4,0. Em 2018, os estudantes participaram do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), obtendo a nota máxima (Conceito 5,0).

No quesito perfil do egresso, o bacharel em Administração é um agente de mudança e inovação. Mas para isso, deve atuar de forma ética e considerar as dimensões sociocultural, político-legal, econômica, tecnológica, científica e técnica das organizações nas diferentes realidades em que venha a atuar. Com isso, o bacharel em Administração é capacitado para desenvolver pesquisas, estudos, análises, interpretações, planejamento, organização, coordenação, execução e

controle dos trabalhos nas diversas funções da Administração. Além disso, sua atuação preconiza a existência e sustentabilidade das organizações nos eixos econômico, social e do meio ambiente.

Em 2023 foi implementado no *Campus* São Roque um novo PPC (projeto pedagógico do curso) com foco a acompanhar as tendências de mercado bem como as inovações tecnológicas constante no mundo atual. No final de 2023, o professor Eduardo R. Mangini assumiu a coordenação do curso, com nova perspectiva baseada em resultados. Isso propiciou aumento no número de formandos, redução de evasão, redução do tempo de resposta ao discentes e melhoria da organização das atividades complementares. Já na questão do estágio obrigatório, os professores Rogério Tadeu e Waldemar Hazoff imprimiram um novo ritmo de atendimento, que permitiu agilidade no processo de acompanhamento e conclusão pelos discentes.

Outro ponto salutar foi a implementação do Laboratório de Gestão, idealizado pelos professores Alberto P. Trez e Waldemar Hazoff, cujo foco é a aplicação prática de conceitos desenvolvidos em sala de aula. Para exemplificar, no Laboratório de Gestão são realizados jogos de empresas, desenvolvimento de plano de negócios com uso da metodologia Canvas, dinâmicas organizacionais entre outras ações. No item visitas técnicas, os professores Alberto P. Trez, Fabiana Flório, Valter de Souza, Hamilton Cipolla e Rogério de Souza mantiveram relações profícuas com empresas e organizações do estado de São Paulo, o que permitiu aos discentes o contato com técnicas e processos empregados em empresas de ponta.

Já no campo da pesquisa, o professor Eduardo Mangini, juntamente com a aluna Júlia Cortizo tiveram projeto de pesquisa aprovado pela FAPESP. O projeto denominado “Dimensões da Cocriação de Valor e sua influência na Satisfação, Encantamento, Confiança e Lealdade dos clientes de serviços” gerou bolsa de pesquisa para a discente e está no momento de conclusão. Já a participação em eventos científicos, os docentes têm participado em eventos nacionais e internacionais, tanto como autores como avaliadores como é o caso dos professores Eduardo Mangini, Rogério Tadeu e Fabiana Flório que atuam como avaliadores no EnAnpad e Semead, entre outros. No ano de 2024 os congressos e eventos que os docentes participaram foram EnAnpad, Semead, Singep, Seget, Casi, B-Tech Congress, SPPA entre outros. Além disso, o professor Eduardo Mangini publicou artigos nacionais e internacionais como por exemplo o artigo “The Role of Value Co-

Creation, Delight and Satisfaction on Tourism Loyalty: An Empirical Study in Hospitality” publicado no European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation em parceria com as pesquisadoras Luísa Lopes e Salete Esteves, docentes do Instituto Politécnico de Bragança.

Na perspectiva da extensão, o professor Waldemar ministrou um minicurso referente a Finanças Pessoais que atendeu os moradores da cidade de São Roque ao passo que o professor Hamilton explicitou em um encontro de extensão e científico as perspectivas da Indicação Geográfica da Alcachofra, que movimenta economicamente a região. O professor Fernando Piedade tem mantido encontros com a comunidade local, com uso de palestras e minicursos na área do Direito. Outro ponto de destaque foi o projeto de curricularização da extensão orquestrado pelo professor Alberto P. Trez, que permitiu aos discentes a interação com a sociedade e aplicação dos conhecimentos técnicos.

Por fim, para acompanhar as tendências de mercado e implementar mudanças tecnológicas, os docentes realizaram e estão realizando cursos de atualização. O professor Alequexandre Galvez concluiu graduação em Tecnologia da Informação e os professores Eduardo Mangini e Rogério Tadeu estão cursando graduação em Ciência de Dados. No campo das finanças, o professor Waldemar Hazoff está se aprimorando em Análise de Cenário e Risco enquanto o professor Alberto Paschoal Trez mantém estudos em Empreendedorismo, Economia Solidária, Gestão de Pequenas Organizações e Empresas Familiares. Outros processos de atualização são realizados pelos professores Valter e Fabiana na área de produção e qualidade, pelo professor Hamilton Cipolla na área de estratégia organizacional e pelo professor Rogério de Souza no campo da Sociologia organizacional e pelo professor Fernando Piedade na área do Direito Administrativo.

De uma forma geral, o curso de Bacharelado em Administração tem usado a Inteligência de Mercado para se manter eficaz em seus objetivos, com atualização constante do grupo de docentes para promover educação de qualidade superior e inclusiva.

1.7.1.2.4. Curso de Licenciatura em Pedagogia - IFSP *Campus* São Roque

Ao longo de 2024, o Núcleo Docente Estruturante atuou no desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, aprovado no PDI 2024-2028. A proposta surgiu alinhada à crescente necessidade de profissionais capacitados na área de educação em São Roque e municípios vizinhos, demanda já identificada no PDI anterior (2019-2023). A decisão pela abertura do curso resultou de demandas do município, reflexões sobre a vocação do Campus e uma audiência pública. O curso foi criado pela Resolução IFSP nº 65, de 05 de novembro de 2024, com currículo de referência seguindo a Resolução CONSUP 41/2021, de 02 de março de 2021. Com ofertas de vagas a partir de 2025, o Campus São Roque oferecerá o curso de Licenciatura em Pedagogia, com duração de 8 semestres (4 anos), no período noturno.

O curso tem como missão proporcionar formação profissional, científica e tecnológica baseada em uma prática educativa que promova desenvolvimento integral e contribua para inclusão social, desenvolvimento regional e produção de conhecimento. Visa formar profissionais qualificados para diversos setores econômicos, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional, atender à crescente demanda por pedagogos na educação infantil e para funções de coordenação e gestão nas redes públicas e privadas, preparar profissionais capazes de promover a inclusão no ensino regular e atender às necessidades formativas para educação pré-escolar, inclusiva e alfabetização.

O licenciado em Pedagogia pelo IFSP Campus São Roque estará apto a exercer a docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atuar na gestão escolar e coordenação pedagógica, desenvolver materiais pedagógicos e projetos em espaços não escolares (empresas, hospitais, ONGs, movimentos sociais), desenvolver pesquisas na área da Educação, trabalhar com o público-alvo da Educação Especial, contribuir com a região de São Roque e seu entorno, atuar de forma inovadora e socialmente referenciada, aplicar conhecimentos interdisciplinares, utilizar tecnologias da informação e comunicação

nos processos pedagógicos e elaborar e implementar diferentes formas de avaliação educacional. Este profissional será um agente de transformação local, capaz de fortalecer e valorizar os demais cursos do campus e desenvolver propostas inclusivas articuladas ao território.

O curso destina-se a estudantes que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente. O ingresso ocorre por processo seletivo anual, com oferta de 40 vagas no 1º semestre. O edital atenderá à Lei 12.711/2012 e suas alterações, podendo incluir vagas reservadas para ações afirmativas, destinadas a estudantes egressos do ensino público e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, conforme o último censo do IBGE para o Estado de São Paulo.

1.7.1.3. Curso de Pós-graduação em Ciências

O Curso de Especialização em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza tem o objetivo de oferecer aos professores da área tanto do Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como a professores pedagogos e licenciados em matemática, aperfeiçoamento voltado ao ensino de Ciências da Natureza no que se refere a práticas metodológicas, conhecimento tecnológico e pesquisa.

De forma geral, espera-se que os estudantes egressos, constituídos especialmente por professores da área Ciências da Natureza da rede pública e privada de São Roque e região, assim como recém-formados, reconheçam no curso um espaço de reflexão e aperfeiçoamento profissional, de fortalecimento da sua formação continuada. Afinal, durante a especialização são discutidas diversas temáticas como a evolução do conhecimento tecnológico e suas aplicações no ensino, além de tendências metodológicas nas disciplinas de física, química e biologia.

Também se busca instrumentalizar os docentes no conhecimento matemático necessário, no uso adequado das tecnologias educacionais e da informação para aprimorar o ensino. Além disso, são abordados os paradigmas científicos atuais, seus conflitos éticos, bem como aspectos históricos, epistemológicos, ambientais e étnicos no ensino de Ciências da Natureza.

O curso iniciou com a primeira turma em 2019 com 18 matriculados e 10 concluintes. Em 2021 foram 30 matriculados e 16 concluintes e em 2023, 29 matriculados com 23 concluintes.

Tem havido incentivo para discussões visando a implementação da curricularização da Extensão no curso. Desde 2023, todos os cursos superiores têm, no mínimo, 10% da carga horária disponível para a curricularização da extensão. Em 2025, o curso de Especialização em Metodologia do Ensino das Ciências também contará com um percentual de sua carga horária especialmente para as ações de extensão.

Estudantes da Pós-Graduação em Metodologia das Ciências da Natureza já realizaram visitas técnicas, apresentaram trabalhos em congressos diversos, e participaram de projeto de extensão. Além disso, alguns ex-alunos ingressaram em curso de Mestrado.

1.8. Políticas e Ações

O *Campus* São Roque realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas. A missão do IFSP, *Campus* São Roque, é tornar-se uma Instituição de referência e prestígio na integração entre educação, ciência e tecnologia na busca de uma sociedade sustentável, oferecendo educação pública de qualidade para formar cidadãos críticos, empreendedores, com aptidão profissional.

As ações desenvolvidas possuem como objetivo comum o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a consolidação da missão institucional do IFSP no que se refere à oferta da formação educacional de qualidade, comprometida com a prática cidadã. Nessa perspectiva, são desenvolvidas as ações descritas a seguir.

1.8.1. Coordenadoria Sociopedagógica

Por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogos, Psicólogo e Técnicos em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP.

Nessa perspectiva, a atuação da referida coordenadoria no *Campus* São Roque tem compreendido, entre outras ações, a participação dos profissionais nas reuniões de curso, o fornecimento de orientação educacional a docentes, discentes, pais de alunos, o levantamento dos perfis das turmas ingressantes e os motivos de retenção e evasão de alunos, no intuito de subsidiar as ações das coordenações, gerência educacional e direção. A Coordenadoria Sociopedagógica administra os Programas de Auxílio Estudantil e Bolsa de Ensino, contribuindo ainda com o NAPNE e com a Formação Continuada dos docentes no Campus.

1.8.2. Programa de Auxílio Permanência

Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde. Os referidos auxílios têm as seguintes finalidades:

- Alimentação: viabilizar auxílio alimentação ao estudante, garantindo-lhe ao menos uma refeição ao dia.
- Moradia: disponibilizar auxílio financeiro para pagamento exclusivo de aluguel aos estudantes cuja família não reside no município do *Campus* do IFSP.
- Transporte: viabilizar auxílio financeiro para custeio do deslocamento do estudante até o *Campus*.
- Creche: disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes pais e mães de crianças até 11 anos, 11 meses e 29 dias;
- Saúde: atender aos estudantes que apresentem problemas que comprometam o seu desenvolvimento acadêmico, sendo prioritário as situações em que houve dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- Apoio Didático Pedagógico: disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes, com vistas a compra de materiais didáticos relacionados às disciplinas do curso ou a projetos que realizam.

Atualmente, no IFSP, *Campus* São Roque, tendo em vista a disponibilidade orçamentária, são ofertados apenas os auxílios: alimentação, transporte e moradia. Tais auxílios são ofertados por meio de publicação de Edital anual e o número de

contemplados depende do orçamento e demanda. Com relação aos principais impactos, ressalta-se a importância para a permanência e êxito da formação estudantil.

Em 2024 foram atendidos na educação básica foram atendidos 109 alunos com o auxílio alimentação e 46 alunos com o auxílio transporte. Na educação superior 131 alunos foram atendidos com o auxílio alimentação, 48 com o auxílio transporte e 23 com o auxílio moradia.

1.8.3. Programa de Ações Universais

As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes, bem como apoio Didático pedagógico no caso de disponibilidade orçamentária. Este programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos. Assim, é destinado a toda a comunidade discente do IFSP, independente de situação socioeconômica e suas ações são voltadas à formação integral do estudante e ao aprimoramento de valores de cidadania, participação, coletividade e inclusão social. Cada área apresenta os seguintes objetivos:

- Esporte: compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à prática do esporte, a vivência de lazer pela atividade esportiva e integração do estudante com seus companheiros e comunidade. Pode envolver a participação em campeonatos, palestras esportivas, eventos comunitários, competições grupais ou individuais e oficinas;
- Cultura: busca incentivar, promover à prática, difusão e acesso democrático à produção artística e cultural por meio de projetos institucionais. As atividades artísticas e culturais desenvolvidas por estudantes poderão ser socializadas com a comunidade acadêmica do IFSP em eventos no *Campus* e com a comunidade externa. Esta modalidade também compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à integração do estudante à instituição e à cidade em que vive, bem como a conhecimento da região; contempla visitas a museus, zoológicos, cinema, apresentações, exposições e atividades extraclasse;

- Inclusão Digital: compreende o envolvimento em atividades que oportunizem a socialização e aprofundamento do conhecimento digital aos estudantes;
- Suporte às Necessidades Educacionais Específicas: busca incentivar, promover projetos/ações que auxiliem ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação;
- Apoio Didático Pedagógico: busca auxiliar a participação de estudantes em congressos, feiras e eventos relacionados aos cursos em que os estudantes estejam matriculados. Esta ação será custeada no caso de disponibilidade orçamentária.

Atualmente, no IFSP, *Campus* São Roque, desenvolvem-se as ações voltadas às áreas de Cultura, Esporte e Apoio Didático Pedagógico. Tais ações vêm sendo desenvolvidas por meio de elaboração de projetos, de acordo com as Resoluções Nº 041 e Nº 042/2015 que, respectivamente, aprova a Política e normatiza os auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE). Para a concessão dos auxílios, é publicado Edital e, por sua vez, a Comissão do Programa analisa as propostas de projetos, a viabilidade da ação no Campus, bem como acompanha a execução destes.

1.8.4. NAPNE – Ações Inclusivas

O NAPNE é o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. A finalidade do NAPNE é apoiar a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial, que são as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

O NAPNE busca fornecer apoio educacional aos estudantes público-alvo da Educação Especial e orientações à comunidade escolar para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, tendo em vista que a inclusão é um compromisso de todos. Ao NAPNE compete propor, estimular e acompanhar a implementação de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional e pedagógica no campus, para a remoção de barreiras, e fomentar a autonomia dos estudantes acompanhados pelo núcleo, de forma a viabilizar as condições para o acesso, a permanência e o êxito desses alunos nos cursos ofertados no campus São Roque, de forma a contribuir para a sua cidadania e qualidade de vida. Os demais estudantes (aqueles que não

constituem parte do público-alvo da educação especial segundo a legislação vigente) são acompanhados pela equipe da Coordenadoria Sociopedagógica. Esses também poderão ser direcionados ao NAPNE, conforme avaliação das equipes envolvidas.

No ano de 2024, a coordenadoria do NAPNE-SRQ contou com uma psicopedagoga, uma monitora de inclusão, duas intérpretes de LIBRAS e uma ledora, que apoiaram os alunos com necessidades específicas, dando a eles condições de acessar os conteúdos e participar das atividades acadêmicas.

No total, o NAPNE acompanhou 30 alunos em 2024, num trabalho que envolveu a articulação entre pais, professores, profissionais especializados e a Coordenadoria Sociopedagógica. Alguns desses alunos tiveram suas atividades adaptadas, a partir de Planos de Ensino Individualizados (PEIs).

O NAPNE esteve presente em muitas reuniões de curso, levando orientações e feedbacks aos docentes e coordenadores, ao mesmo tempo em que estes compartilhavam suas percepções sobre os estudantes, numa dinâmica crucial para o aprimoramento do trabalho de inclusão.

1.8.5. Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o *Campus* como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

As ações de formação continuada ocorrem no mínimo uma vez ao mês e têm sido desenvolvidas nas reuniões de curso com os docentes e nas reuniões de planejamento, conforme demanda identificada pela própria comissão, em consulta aos docentes. O papel da Coordenadoria Sociopedagógica nessa formação acontece de forma direta, com a participação de um membro na comissão e de forma indireta na orientação e assessoramento nas discussões das demandas e as metodologias de ensino e aprendizagem voltadas a uma educação geral e inclusiva.

A escolha dos temas se dá por meio das demandas apresentadas pelos

docentes em virtude de questões vivenciadas no cotidiano escolar. Assim, em 2024, houve formações visando: contribuir para o melhor atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas; desenvolver a equidade nas relações entre pessoas de diferentes raças e etnias; promover a equidade de gênero e de pessoas com diferentes orientações sexuais; colaborar com o entendimento das demandas do professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no que diz respeito à missão, visão e valores institucionais; ampliar e aprofundar as concepções de avaliação, entre outros temas. Em alguns momentos são convidados docentes e/ou profissionais externos ao campus, e em outras situações, a formação é ministrada pelos próprios docentes e/ou técnicos-administrativos do campus.

1.8.6. Políticas e Ações de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º - Resolução CNE/ES 7/2018).

Neste contexto, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Complementarmente, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada *Campus* se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos.

Estruturaram a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: (i) a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; (ii) a formação cidadã

dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; (iii) a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (iv) a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Art. 5º - Resolução CNE/CES 7/2018).

São ações de extensão: (i) Programa; (ii) Projeto; (iii) Curso de extensão; (iv) Eventos; e (v) Prestação de Serviços (PORTARIA IFSP Nº 2.968, DE 24 DE AGOSTO DE 2015):

(i) Programa é o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e prestação de serviços), com caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio ou longo prazo, integrando ações de extensão, pesquisa e ensino.

(ii) Projeto é o conjunto de atividades interdisciplinares de caráter educativo, tecnológico, artístico, científico, social e cultural, desenvolvido e aplicado na interação com a comunidade interna e externa, com objetivos específicos e prazos determinados, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade, tratando-se de ação processual e contínua.

(iii) Curso de extensão é a ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para atender às necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Os cursos de extensão são classificados em (a) Curso Livre de Extensão - cursos com carga mínima de 8 horas e máxima de 40 horas; e (b) Curso de Formação Inicial e Continuada - FIC ou Curso de Qualificação Profissional.

(iv) Evento é a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFSP. Serão considerados eventos: (a) Ciclo de debates: encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico,

compreendendo os ciclos, circuitos e semanas; (b) Congresso: evento científico periódico, que abrange áreas científicas e/ou profissionais, que se caracteriza pela apresentação e defesa de projetos e ações desenvolvidas; (c) Encontro: evento acadêmico ou científico periódico, que se caracteriza pela reunião de pessoas de uma mesma categoria profissional para debater temas, apresentados por representantes dos grupos participantes; (d) Evento esportivo: atividade desportiva com caráter competitivo ou não, compreendendo campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva, etc.; (e) Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos ou musicais, compreendendo o recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança, interpretação musical etc.; (f) Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços e afins, compreendendo feiras, salões, mostras e lançamentos; (g) Festival: série de ações ou eventos culturais ou esportivos realizados concomitantemente por um período determinado de tempo, geralmente com edições periódicas; (h) Minicurso ou Oficinas: eventos de capacitação e treinamento com duração inferior a oito horas; (i) Palestra ou Conferência: caracteriza-se pela apresentação de um tema predeterminado a um grupo pequeno, que já possui informações sobre o assunto; (j) Seminário: evento científico de âmbito restrito, tanto em termos de duração (1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados - incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum e reunião; (k) Visita Técnica: atividade pedagógica supervisionada realizada em ambiente externo à instituição constituindo um mecanismo de integração entre a escola e a sociedade – são consideradas visitas técnicas a participação em feiras, congressos, seminários e eventos similares, além de visitas às instituições ou organizações externas, empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; e (l) Outros: mostra, conferência, semana, workshop etc. conforme caracterização do Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

(v) Prestação de Serviços é a ação que implica na prestação de serviços à comunidade em nome do IFSP, a partir da capacitação técnico-científica do Instituto, que envolva a realização de assessorias e consultorias, emissão de laudos técnicos, análises laboratoriais, palestras e outras, vinculadas às áreas de

atuação da instituição, que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais.

As atividades de extensão constituem aportes decisivos para a formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam, de algum modo, a reflexão sobre assuntos em voga. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e solidários no que diz respeito às instituições de ensino públicas.

Neste contexto, o *Campus* São Roque tem regulamentado o desenvolvimento de Ações Extensionistas a partir da realização de editais internos, no intuito de fomentar a realização de atividades interdisciplinares de caráter educativo, tecnológico, artístico, científico, social e cultural, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade interna e externa, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

A título de exemplo, ao longo do ano de 2024, a Coordenadoria de Extensão (CEX-SRQ) deu apoio à execução de 20 Cursos de Extensão (FIC), na modalidade presencial e On-line, com a oferta de 895 vagas e mais de 800 estudantes matriculados. A CEX-SRQ também apoiou a execução de 14 Projetos de Extensão ao longo de 2024, com a gestão de 17 bolsas discentes e cerca de 40 auxílios para os alunos do projeto de extensão *Cursinho Popular de São Roque*. Neste mesmo ano, com o apoio da CEX-SRQ, o nosso campus teve a oportunidade de participar do Programa Mulheres Mil, vinculado ao Pronatec, ofertando o Curso de Extensão de “Agente em Alimentação Escolar” para 20 mulheres em vulnerabilidade social, as quais também receberam um auxílio. A CEX-SRQ também aprovou cerca de 152 eventos do campus, tais como: visitas técnicas, palestras, aulas abertas, encontros, oficinas entre outras atividades. Por fim, ademais dessas ações a CEX-SRQ deu apoio a convênios de estágios e parcerias com poder público, empresas e organizações não governamentais, como a parceria firmada com a empresa Carbotex para a implementação de uma composteira no campus.

1.8.7. Programas e Ações de Pesquisa

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social.

Estas ações estão compassadas com o Inciso VIII do Art. 6º da Lei No 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui ao IFSP, dentre suas finalidades, a realização e o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como princípios norteadores: (i) sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; (ii) o desenvolvimento de projetos de pesquisa que reúna, preferencialmente, professores e alunos de diferentes níveis de formação e em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social; (iii) o atendimento às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais; e (iv) comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade.

Dessa forma, a Coordenação de Pesquisa e Inovação do IFSP - Campus São Roque (CPI-SRQ) tem como objetivos planejar e acompanhar as atividades relacionadas com a pesquisa, buscando seu fortalecimento em todos os níveis de ensino do IFSP.

Os trabalhos de Iniciação Científica têm como objetivos:

- Despertar a vocação científica e tecnológica dos alunos de ensino médio e graduação;
- Estimular e desenvolver o pensamento científico, a capacidade criativa, o espírito crítico e a procura de novas respostas e soluções inovadoras;
- Conscientizar estudantes das questões sociais e éticas inerentes à pesquisa científica e tecnológica.

O IFSP participa de programas do CNPq, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), utilizando parcela dos recursos por meio de sistemas de cotas. A difusão dos resultados das pesquisas desenvolvidas no *Campus* São Roque inclui artigos completos em periódicos especializados, resumos expandidos e relatos de experiências em anais de eventos nacionais e internacionais, workshops e feiras científicas. Artigos e relatos de experiência de docentes e estudantes do IFSP, *Campus* São Roque, podem ser consultados, entre outros canais, na Revista Eletrônica *Scientia Vitae*, periódico trimestral do IFSP, publicada no site do *Campus* São Roque.

A CPI-SRQ é ligada diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP-IFSP). No Campus, a CPI tem como objetivo principal fomentar as atividades de pesquisa e inovação por meio de programas de bolsas de iniciação científica, jornadas de produção científica e tecnológica, ciclos de palestras técnicas, projetos de pesquisa institucionais, divulgação de artigos em revistas científicas etc. Neste sentido, o Campus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa. No *Campus* São Roque, o programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica tem tido relevante procura por parte dos discentes. No ano de 2024, no *Campus* São Roque, foram desenvolvidos 8 projetos de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP), conforme Quadro 2.

Quadro 2: Projetos de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) em 2024.

Classif.	Título do Projeto	Resultado
1°	LEVANTAMENTO DA ARANEOFAUNA OCORRENTE EM UM REMANESCENTE DE MATA ATLÂNTICA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA (SP).	Aprovado com bolsa
2°	ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE REGISTROS DE ELETROENCEFALOGRAFIA (EEG) PARA PESQUISA COM INTERFACE CÉREBRO COMPUTADOR (BCI)	Aprovado com bolsa
3°	Testagem de diferentes substratos para crescimento de <i>Pleurotus ostreatus</i> (Jacq.) Kummer (Fungi, Basidiomycota, Pleurotaceae)	Aprovado com bolsa
4°	Indicadores socioambientais: subsídios para a implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) no Instituto Federal de São Paulo, campus São Roque	Aprovado com bolsa
5°	Desigualdade de gênero no ambiente de games: a escola no engajamento de meninas gamers.	Aprovado com bolsa
6°	Intervenção em educação alimentar e nutricional para a promoção de hábitos alimentares saudáveis de adolescentes	Aprovado com bolsa
7°	Uma análise filosófica do livro "China: o socialismo do século XXI" de Elias Jabbour e Alberto Gabriele	Aprovado com bolsa
8°	Validação e comparação entre metodologias para análises físico-químicas de vinhos	Aprovado com bolsa

□ Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, recebem certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa. No ano de 2024, no *Campus* São Roque, foi desenvolvido 1 projeto de Iniciação Científica pelo Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou

Tecnológica (PIVICT). O projeto desenvolvido foi “Revisão bibliográfica das estratégias experimentais e áreas cerebrais correlatas para aplicação em interação cérebro computador (BCI).”

□ Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação e ensino médio para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa. A título de exemplo, no ano de 2024, no Campus São Roque, foram desenvolvidos 2 projetos deste tipo no Campus São Roque, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Projetos de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC - CNPq - Edital de Pesquisa em 2024.

Título do Projeto	Edital
Permanência e Êxito de estudantes nos cursos de Licenciatura do IFSP – uma análise do trancamento e cancelamento de matrículas no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus São Roque.	[Edital 11/2024] Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas - PIBIC-AF - CNPq - Edital de Pesquisa
Paleoartes: subsídios para ensino e aprendizagem de paleontologia,	[Edital 9/2024] Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC - CNPq - Edital de Pesquisa

□ Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais. Tendo por

objetivo aumentar e divulgar a produção científica e tecnológica do IFSP, possibilitar a troca de experiências entre discentes, profissionais, docentes e pesquisadores de outras instituições, contribuindo para uma formação mais qualificada e de melhor desempenho.

□ Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos (PIPECT) para Servidores do IFSP, que viabiliza a participação dos servidores do quadro permanente em eventos científicos e tecnológicos, de âmbito nacional ou internacional, para apresentação/divulgação de produção acadêmica desenvolvida no IFSP. Este programa tem como objetivo incentivar a publicação de produção acadêmica desenvolvida no âmbito do IFSP em periódicos e anais de eventos, além de possibilitar a troca de experiências entre pesquisadores do IFSP e de outras instituições, bem como contribuir para o incremento da quantidade e qualidade das pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico e inovação no IFSP.

□ Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP (CONICT), de periodicidade anual, é um evento científico e tecnológico de natureza multidisciplinar que integra as principais áreas de conhecimento, contando com a participação da comunidade interna do IFSP e da comunidade externa, promovendo a difusão da produção científica e tecnológica por meio de apresentações orais e/ou pôsteres de trabalhos, cujos respectivos resumos expandidos são publicados em seus Anais. O evento é aberto à participação de estudantes do ensino médio e do ensino superior que desenvolvam pesquisa no IFSP ou em outras instituições de ensino ou pesquisa do país. Além disso, o evento tem como objetivo divulgar à comunidade os resultados das pesquisas desenvolvidas, aproximando os pesquisadores dos setores produtivos. Esse evento vem apresentando, ao longo de suas edições, um crescimento acentuado do número de participantes e, conseqüentemente, do número de trabalhos apresentados. Ao longo de suas edições, o CONICT soma mais de 1.700 trabalhos apresentados nas modalidades oral ou pôster, além de diversas palestras e minicursos ministrados. Deve-se destacar o papel da Coordenação de Pesquisa e Inovação do IFSP - *Campus* São Roque, em substanciar o

apoio na organização, divulgação e participação de estudantes e professores nestes eventos, realizados todos os anos em diferentes campi do Instituto Federal de São Paulo.

□ Jornadas de Produção Científica e Tecnológica (JPCT) e Ciclos de Palestras Tecnológicas (CIPATEC) são eventos institucionais que acompanham a história do *Campus*, onde são realizadas palestras, apresentação de trabalhos científicos, publicação de anais em meio eletrônico, oficinas formativas, minicursos, mesas redondas, intervenções artístico-culturais. A Jornada de Produção Científica e Tecnológica (JPCT) e o Ciclo de Palestras Tecnológicas (CIPATEC) compõem um evento científico e tecnológico de natureza multidisciplinar que congrega as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Educação e Gestão. Para isso, conta com a participação da comunidade interna e externa por meio de apresentação modalidade pôster e oral de trabalhos. Aberta aos estudantes (dos ensinos médio e superior) e aos docentes de diversas instituições de ensino do país, o evento tem como objetivo divulgar à comunidade os resultados de estudos científicos, aproximando os pesquisadores entre si e dos setores produtivos.

□ Realizados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, *Campus* São Roque, os eventos são organizados por comissão local coordenada pela Coordenação de Pesquisa e Inovação, cuja participação de docentes, técnico administrativos em educação (TAE) e estudantes somam-se para que anualmente seja possível dar qualidade e substanciar as ações com palestras, minicursos, oficinas, apresentações de trabalhos e intervenções culturais. Os eventos decorrem da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com diversas ações institucionais e governamentais em todo o território brasileiro. Em 2024 o evento contou com 437 participantes inscritos, 70 trabalhos apresentados, 17 palestras, 8 oficinas e 2 minicursos.

□ Grupos de Pesquisa no DGP-CNPq: trata-se de uma importante função da Coordenação de Pesquisa e Inovação do IFSP, *Campus* São Roque o incentivo da articulação dos pesquisadores em grupos e redes, como o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Neste importante

ambiente institucional, insere-se, no ano de 2022, o total de 9 grupos coordenados por docentes do *Campus* São Roque, cadastrados e certificados pela instituição, sendo eles: 1- Diálogos Didáticos de Línguas e Literatura; 2- Ensino de Ciências e Biologia; 3- Estudos Integrados em Administração de Recursos Humanos; 4- Flora Fungal Criptogâmica e Fanerogâmica da R. São Roque; 5- Grupo de Pesquisa em Educação Profissional do Instituto Federal de São Paulo, Câmpus São Roque (GPEP-IFSP/SRQ); 6- Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Agroecologias-NEGRAS; 7- Justiça Restaurativa e Cultura de Paz; 8- Interação Cérebro Computador na Aprendizagem e Cognição e 9- Grupo de Estudo e Pesquisa em Indicação Geográfica; Estes grupos são responsáveis por grande parte das publicações em periódicos e congressos nacionais e internacionais, bem como de reuniões, colóquios, palestras e difusão de pesquisas, tecnologias e inovações desenvolvidas no âmbito institucional.

Também há as ações de Inovações que são orientadas pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do Instituto Federal de São Paulo (Inova-IFSP). Cabe à Agência, de acordo com a Resolução nº 159, de 29 de novembro de 2017, gerir a política de inovação do IFSP e dar celeridade à tramitação de procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à proteção da propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo no âmbito do IFSP, de modo que, no âmbito de *campus*, há os Agentes de Prospecção de Projetos de Inovação (APIs) ligados à Inova na reitoria. Os APIs aproximam o câmpus com o Arranjo Produtivo Local, viabilizando possíveis parcerias, acordos e projetos. Essas atividades atendem a lei de criação dos IFs, que prevê a realização de extensão tecnológica, pesquisa aplicada, e incentivo ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo. Ademais, os projetos demandam a participação dos estudantes, aumentando a motivação, tornando-os mais bem preparados para o mercado de trabalho por meio de uma formação mais integral.

1.8.8. Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas às Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-

Reitoria de Ensino, relacionadas a Projetos de Ensino elaborados e desenvolvidos por docentes do *Campus* a partir do chamamento via Editais públicos.

A Bolsa de Ensino oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais estudantes do IFSP.

O Programa de Bolsas de Ensino visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área formação. São oportunidades que também auxiliam na permanência e êxito estudantil.

No ano de 2024, foram desenvolvidos 6 Projetos de Ensino no IFSP, *Campus* São Roque, conforme Quadro 4. Também foram desenvolvidos os seguintes Projetos voluntários: “Práticas de Laboratório como Conteúdo Integrador para as aulas da disciplina de Biotecnologia”; “Clube de Xadrez”; “Literatura e quadrinhos: adaptação dos contos “A cartomante”, “Ideias de canário” e “Um apólogo”, de Machado de Assis”

Quadro 4: Projetos de Ensino aprovados em 2024

Classif.	Título do Projeto	Resultado
1°	Apoio à promoção da aprendizagem cooperativa e inclusiva na perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem	Aprovado com bolsa
2°	Monitoria de Ciências da Natureza	Aprovado com bolsa
3°	Ações de divulgação, sensibilização e capacitação do plano de logística sustentável do IFSP – SRQ	Aprovado com bolsa
4°	Monitoria: estufa de plantas e ensino de práticas agrícolas	Aprovado com bolsa
5°	Propostas de materiais didáticos para o ensino da matemática	Aprovado com bolsa
6°	O uso de Histórias em Quadrinhos para o Ensino dos Direitos Humanos	Aprovado com bolsa

1.8.9. Órgãos Colegiados

Colegiado de Curso: o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, por docentes, discentes e técnico-administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), pela coordenação didática dos componentes curriculares do PPC, fornecer pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios e coordenar entre outras atribuições.

Conselho de Classe: os Conselhos de Classe do IFSP ocorrem nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso e do Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica.

Conselho de Classe consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre com periodicidade bimestral e é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante da Coordenadoria Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso.

Conselho de *Campus* (ConCam): é função do ConCam aprovar as diretrizes, propostas e metas de atuação do Campus e estar atento à adequada execução das

políticas educacionais locais; analisar, debater e aprovar as questões relativas aos investimentos orçamentários, relatórios de gestão e propostas de gastos; analisar e aprovar o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além das regras, normas e regulamentos, bem como os projetos pedagógicos de cursos e suas alterações. São membros do ConCam: o diretor do *Campus*, que é seu presidente, representantes dos docentes, técnicos administrativos, discentes, membros da comunidade externa, egressos e membros do poder público local (municipal ou estadual).

As decisões deste Conselho têm impacto direto na vida acadêmica e administrativa do *Campus*. O Conselho de *Campus*, cujo Regimento foi aprovado pela Resolução n.º 45 de 15 de junho de 2015, é constituído por representantes de diversos segmentos e atua para acompanhar e referendar as atitudes do Diretor do *Campus*. Ao Conselho cabe, entre outros, debater e aprovar assuntos importantes como os Calendários Escolares, Propostas Orçamentárias, Normas e Regulamentos Internos, Projetos Pedagógicos dos Cursos, Projeto Político-Pedagógico do Campus e o Projeto de Desenvolvimento Institucional do *Campus* (IFSP, Resolução n.º 45, 2015). As informações sobre o ConCam estão disponíveis no site do *Campus* (<http://srq.ifsp.edu.br/index.php/conselho-de-campus/atas-de-reunioes>).

1.9. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo - IFSP, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

No *Campus* São Roque, a Comissão Própria de Avaliação tem adotado o modelo de gestão participativa e os seus integrantes atuais foram designados pela Portaria SRQ 033/2024 (ver Quadro 5 abaixo).

Quadro 5: Composição da CPA/SRQ em 2024 (Portaria N° 33/2024)

Item	Componentes (Portaria N° 33/2024)	Papel
01	Alberto Paschoal Trez	Representante Docente
02	Carlos Vivi	Representante Discente de TVE

03		Esdras Henrique Regatti Motinaga	Representante Docente
04		Jean Louis Rabelo de Moraes	Representante Técnico Administrativo
05		Jeferson de Moraes Correia	Representante Técnico Administrativo
06		João Pedro Lima Orsi	Representante Discente de LCB
07		Juliana Mendes Palombi	Representante Técnico Administrativo
08		Mabel Régila Bernardino Santos	Representante da Sociedade Civil
09		Otávio Henrique Pereira	Representante Discente de BAD
10		Paulo Antonio Bonando	Representante da Sociedade Civil
11		Silce Adeline Danelon Guassi	Presidente; Representante Docente
12		Victor de Moura Lobo	Representante da Sociedade Civil

1.9.1.1. Ações da CPA/SRQ na Avaliação Interna

A CPA/SRQ atua sempre alinhada com a CPA Central (Reitoria) e as demais CPA's locais, e é responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento e melhorias do processo da autoavaliação, que é realizada anualmente e contempla as seguintes etapas:

a) Planejamento: A elaboração do Programa de Avaliação Institucional compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O calendário deve contemplar os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.), observando igualmente os prazos estabelecidos pela Portaria n.º 2051/04, que regulamenta o SINAES. O planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, deve levar em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores.

b) Sensibilização: No processo de Autoavaliação, a sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos administrativos) na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros meios de comunicação. A sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

c) Desenvolvimento: No desenvolvimento do processo de avaliação institucional a CPA-IFSP procura assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos.

Esta etapa consiste especialmente na:

- Realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- Sistematização de demandas, ideias ou sugestões oriundas dessas reuniões;
- Realização de seminários internos;
- Definição da composição dos grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica;
- Construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- Definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho;
- Definição de formato de relatório de Autoavaliação;
- Definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- Elaboração de relatórios; e
- Organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

d) Consolidação: Esta etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

e) Relatório: O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de Autoavaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores

são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

O relatório final deve apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas, se viáveis, pelos gestores do *campus*.

f) Divulgação: A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, deve oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação deve propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

g) Balanço Crítico: Ao final do processo de Autoavaliação, é necessária uma reflexão sobre ele, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras. Deste modo, o processo de Autoavaliação proporcionará não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a instituição, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

2. Método de Avaliação

O processo de Autoavaliação a ser realizado pela Instituição de Ensino deve seguir as determinações do SINAES de acordo a Lei 10.861/2004. A Portaria MEC nº 92, de 31 de janeiro de 2014, aprova os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, considerando os seguintes eixos:

1. Planejamento e Avaliação Institucional
2. Desenvolvimento Institucional
3. Políticas Acadêmicas
4. Políticas de Gestão
5. Infraestrutura

No ano de 2024, foi decidido avaliar os eixos 1, 4 e 5. Desta forma as Comissões Próprias de Avaliação de cada *Campus*, lideradas pela CPA estabelecida pela Reitoria do IFSP, devem discutir, estabelecer, definir, executar e controlar os processos necessários para a pesquisa de autoavaliação, gerando um Relatório final para oferecer subsídios aos gestores de cada *Campus* para que possam providenciar as melhorias necessárias, de acordo com um processo contínuo de melhorias.

Para a elaboração dos procedimentos de coleta e de análise de dados, foram realizadas reuniões virtuais mensais durante o ano de 2024 envolvendo todas as Comissões dos diversos campus do IFSP, sob a liderança da CPA Central vinculada à Reitoria. Os subsídios para estas reuniões e depois as decisões tomadas, contam com o envolvimento das Comissões locais que fazem as discussões cada qual de acordo com a realidade de seu campus compartilhando com as demais CPA's.

Os principais objetivos das reuniões foram: avaliar o processo de avaliação de 2023; aperfeiçoar o questionário (instrumento de pesquisa); estabelecer estratégias de comunicação com os segmentos envolvidos na avaliação a fim de estimular a participação; desenvolver um método para a aplicação do instrumento de avaliação e para a tabulação dos resultados; estabelecer parâmetros para a construção e consolidação do Relatório Final.

2.1. Coleta de Dados

Como apoio para a coleta de dados foram consultados: o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP (PDI 2024-2028), informações provenientes de setores do *Campus* e também questionário aplicado através de formulários *online* disponíveis no Sistema do IFSP. As CPA's de todos os *Campi* fizeram reuniões por videoconferência e trabalharam em ajustes no questionário estruturado utilizado em anos anteriores. Após ajustes e votações, o questionário estruturado e atualizado ficou pronto para ser inserido no sistema do IFSP para que a comunidade acadêmica pudesse acessá-lo e respondê-lo.

A cada ano, a CPA-IFSP promove a avaliação desses mecanismos e da metodologia utilizados, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de Autoavaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da Educação Superior do INEP/MEC.

Cada participante da pesquisa recebeu uma senha própria e um *link* de acesso pelo e-mail institucional do IFSP. Por meio deste *link*, os estudantes, os docentes e os técnicos administrativos tiveram acesso ao questionário unificado desde 2020 para os três públicos. No *Campus* São Roque, a divulgação da pesquisa, a sua aplicação e o seu acompanhamento foram realizados pelos membros da CPA-SRQ que organizou-se dividindo as tarefas pelos três segmentos de pesquisados.

A Presidente da CPA-SRQ, os representantes dos docentes e dos técnicos administrativos, assim como os estudantes representantes dos cursos superiores do *Campus*, participaram de reuniões com os estudantes representantes de turma, com os coordenadores de curso e respectivos docentes e, também, com o segmento de técnicos administrativos para obter a colaboração dos três segmentos, tanto no processo de sensibilização sobre a importância da avaliação, como nas respostas às questões do instrumento de avaliação enviado por e-mail.

A campanha realizada pela CPA-SRQ junto aos estudantes e aos servidores do *Campus* foi realizada presencialmente e por meio virtual, com a ajuda das redes sociais, exigindo grande esforço dos estudantes e servidores que compõem a Comissão local. Mas, ainda assim, os resultados de participação ficaram abaixo do desejado pela Comissão Própria de Avaliação do *Campus*.

O questionário estruturado foi aplicado às três categorias – docentes, técnicos administrativos e discentes dos cursos superiores do *Campus*. Os conceitos utilizados neste instrumento foram aferidos a cada um dos indicadores de cada um dos cinco eixos, de 1 a 6, como disposto no Quadro 6. Foram adicionados na análise dos resultados apresentados a seguir, uma questão denominado de Metadados, sobre o próprio questionário e foi realizado o agrupamento de questões comuns aos 3 segmentos.

Quadro 6: Conceitos utilizados na autoavaliação de 2024

Conceito	Descrição
1	Não sei/Não se aplica/Desconheço
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito RUIM.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito RAZOÁVEL.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito BOM.

5	Quando o indicador avaliado configura um conceito ÓTIMO.
6	Quando há ausência de resposta ao indicador avaliado.

As figuras abaixo apresentam a quantidade de participantes da autoavaliação em 2024 no *Campus* São Roque.

TOTAIS:

Categoria Campus	Discente			Discente			SAC			Total		
	Participantes	Respondentes	%									
SRQ	417	145	34,77	72	52	72,22	40	28	70,00	529	323	61,06
Total	417	145	34,77	72	52	72,22	40	28	70,00	529	323	61,06

BAD:

Categoria Campus	Discente			Total		
	Participantes	Respondentes	%	Participantes	Respondentes	%
SRQ	145	56	38,62	145	56	38,62
Total	145	56	38,62	145	56	38,62

PG:

Categoria Campus	Discente			Total		
	Participantes	Respondentes	%	Participantes	Respondentes	%
SRQ	17	4	23,53	17	4	23,53
Total	17	4	23,53	17	4	23,53

LCB:

Categoria Campus	Discente			Total		
	Participantes	Respondentes	%	Participantes	Respondentes	%
SRQ	140	50	35,71	140	50	35,71
Total	140	50	35,71	140	50	35,71

TGA:

Categoria Campus	Discente			Total		
	Participantes	Respondentes	%	Participantes	Respondentes	%
SRQ	50	21	42,00	50	21	42,00
Total	50	21	42,00	50	21	42,00

TVE:

Categoria Campus	Discente			Total		
	Participantes	Respondentes	%	Participantes	Respondentes	%
SRQ	65	14	21,54	65	14	21,54
Total	65	14	21,54	65	14	21,54

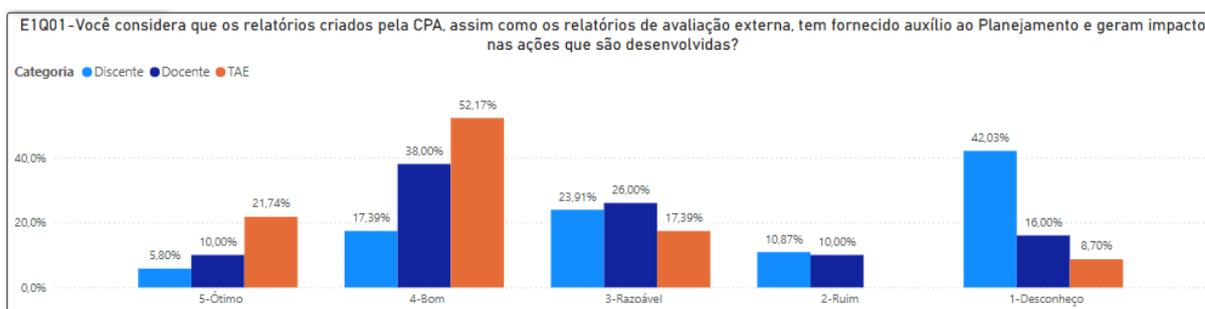
3. Desenvolvimento e Análise dos dados e Informações da Avaliação Institucional referente ao ano de 2024.

Nesta seção são apresentados os dados, as informações e análise dos gráficos para cada eixo/dimensão. Está organizada em tópicos correspondentes aos eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861/2004, que instituiu o SINAES, conforme a Tabela 1 apresentada na seção de Apresentação, no início deste Relatório.

As respostas das questões abertas foram enviadas para a Coordenação de cada curso, para a Direção Geral e para as Direções Adjuntas.

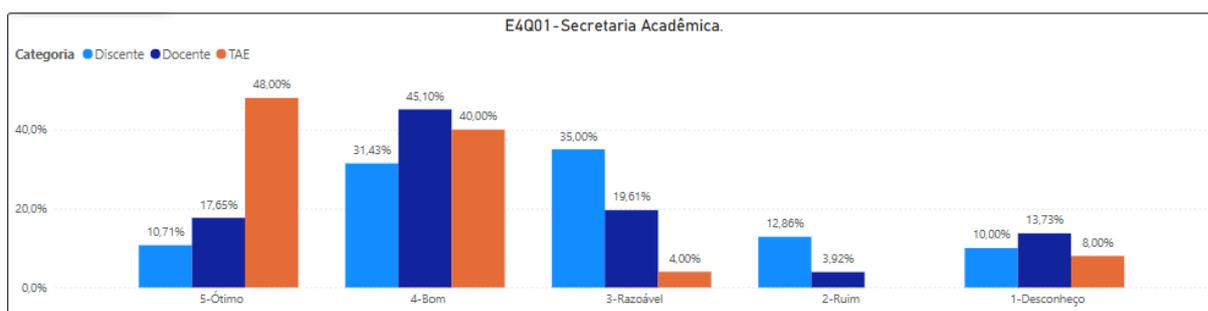
1.1. Análise dos Eixos de Avaliação

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

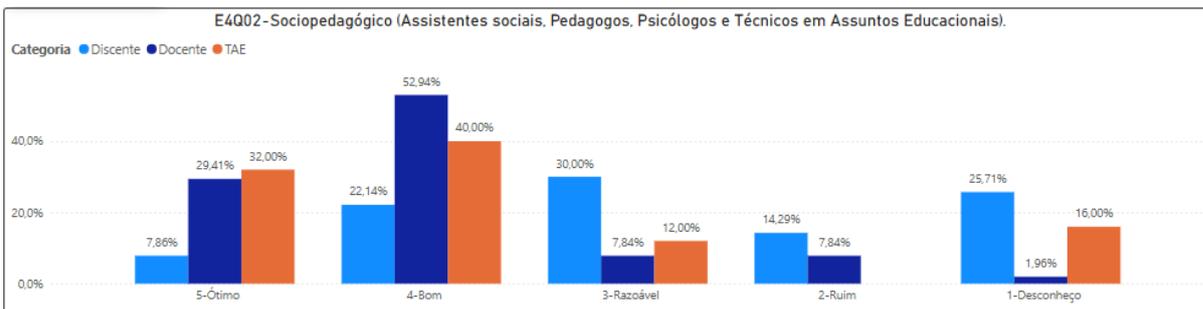


O gráfico aponta que aproximadamente 74% dos TAEs, 48% dos docentes e 23% dos discentes consideram que os relatórios criados pela CPA, assim como os relatórios de avaliação externa, fornecem auxílio ao planejamento e geram impacto nas ações desenvolvidas. No entanto, 42% dos discentes informaram não ter conhecimento do trabalho realizado pela CPA. Diante disso, a proposta é que a CPA divulgue aos discentes as atividades que realizam e as mudanças e melhorias que ocorreram no *campus* em razão desses relatórios.

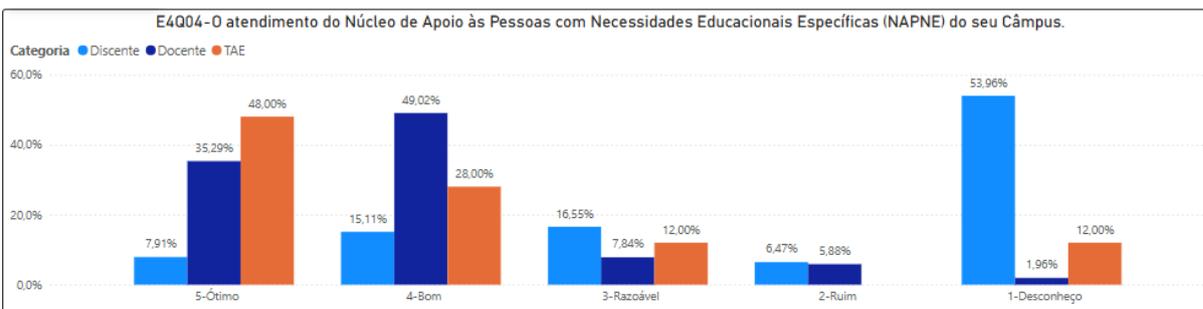
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO



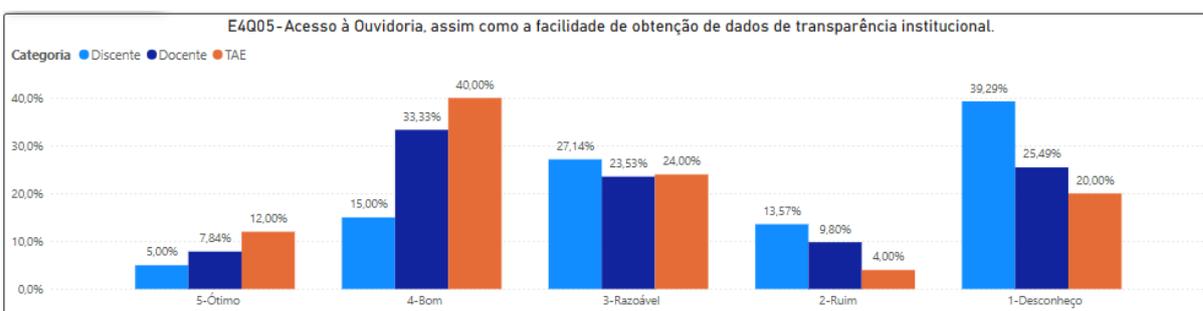
Cerca de 88% dos TAEs, 63% dos docentes e 42% dos discentes consideraram os serviços da Secretaria Acadêmica bons e ótimos. No entanto, 13% dos discentes avaliaram-nos negativamente e uma pequena percentagem informou não ter conhecimento sobre a Secretaria Acadêmica, destacando a importância de maior divulgação dos serviços realizados, especialmente entre os discentes.



O Serviço Sócio pedagógico recebeu avaliações positivas de 72% dos TAEs, 82% dos docentes e 30% dos discentes, indicando um bom desempenho geral. No entanto, 14% dos discentes avaliaram-no negativamente e 26% dos discentes informaram não ter conhecimento sobre o Serviço Sociopedagógico, destacando a necessidade de maior divulgação, especialmente junto aos discentes.

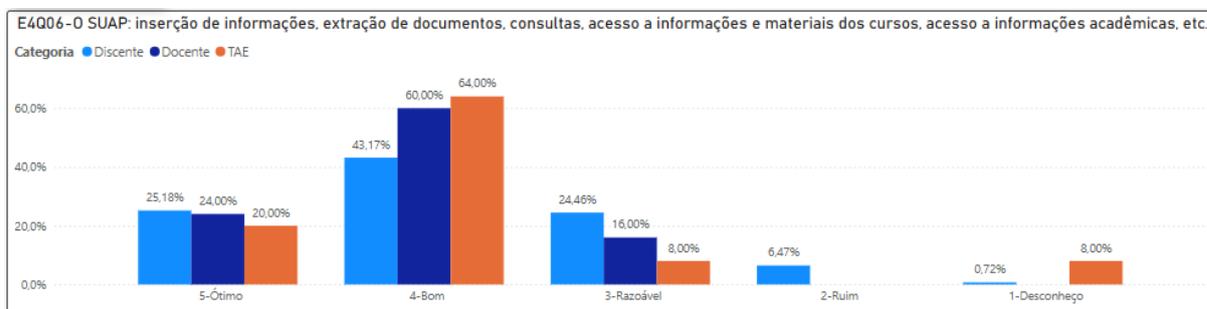


Quanto ao atendimento do NAPNE, cerca de 76% dos TAEs, 84% dos docentes e 23% dos discentes avaliaram os serviços prestados como Bom e Ótimo. No entanto, um percentual significativo declarou não ter conhecimento sobre o atendimento do NAPNE. É essencial implementar estratégias de divulgação eficazes para garantir que os estudantes conheçam e utilizem os serviços oferecidos.



Quanto ao Acesso à Ouvidoria, 52% dos TAEs, 41% dos docentes e 20% dos discentes consideraram-no Bom e Ótimo. No entanto, 39% dos discentes manifestou

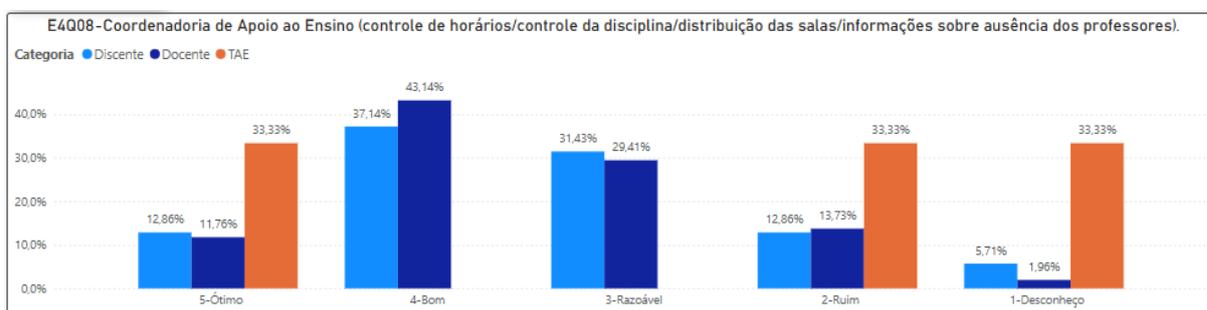
desconhecimento sobre este aspecto. Assim, o gráfico revela a necessidade de melhorar a divulgação dos serviços da Ouvidoria, especialmente entre os discentes.



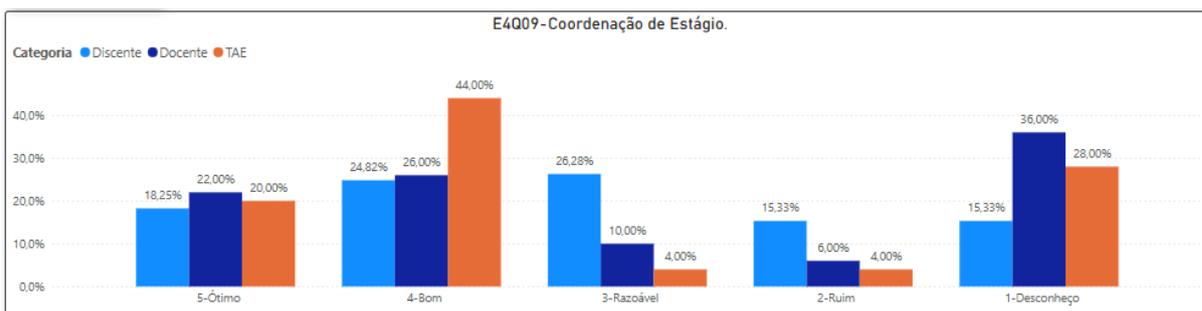
O gráfico indica que 84% dos TAEs, 84% dos docentes e 68% dos discentes avaliaram positivamente o SUAP.



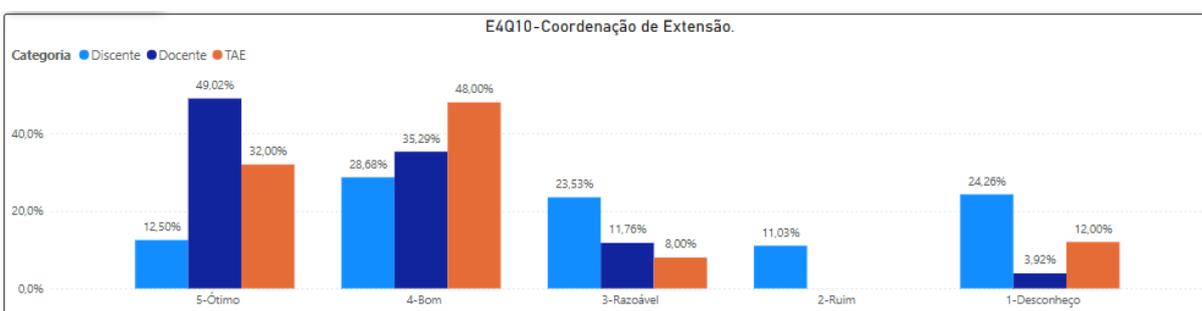
O gráfico destaca que 87% dos TAEs, 84% dos docentes e 75% dos discentes consideram os serviços prestados pela biblioteca bons e ótimos, indicando que a biblioteca atende às necessidades dos usuários.



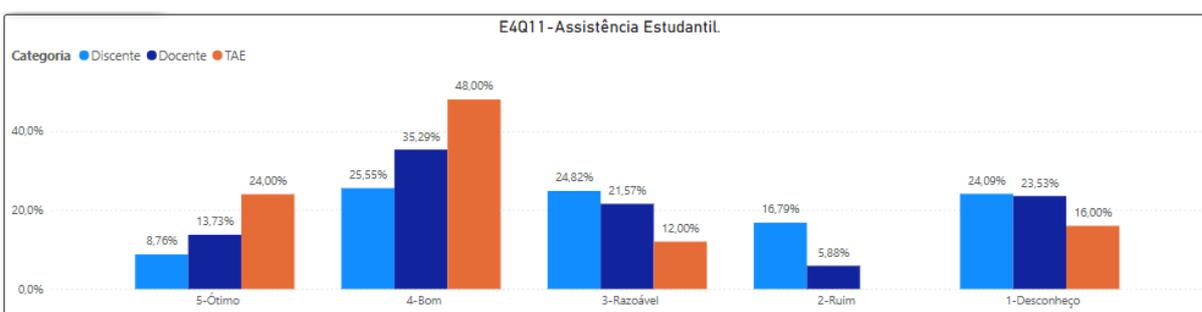
O gráfico indica que a CAE foi bem avaliada por docentes e discentes. Para os TAEs, entretanto, um terço considerou ótima a atuação da Coordenadoria de Apoio ao Ensino, um terço considerou-a ruim e um terço declarou desconhecer a atuação deste setor.



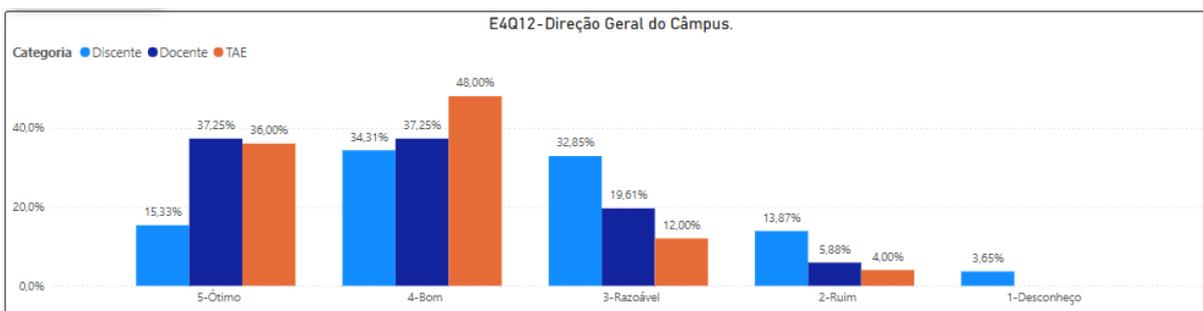
Um percentual considerável de docentes declarou desconhecer a Coordenação de Estágio, o que mostra que há necessidade de divulgação das ações deste setor.



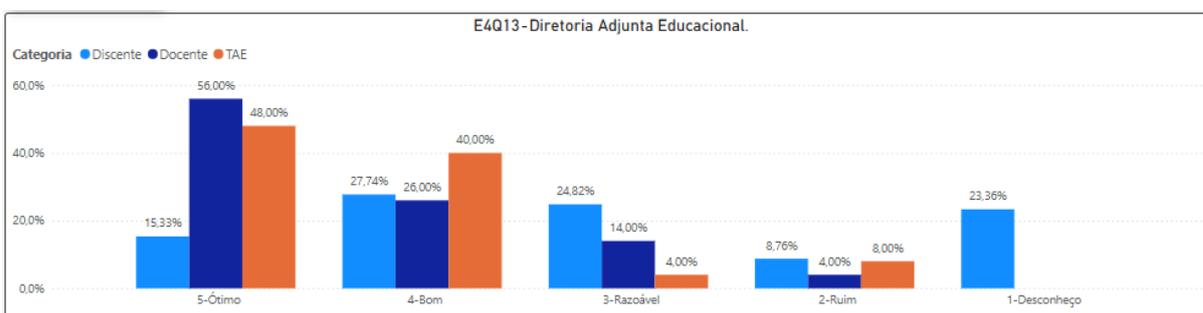
A Coordenação de Extensão foi avaliada positivamente por todos os segmentos. O gráfico, porém, indica que há necessidade de atenção em relação à divulgação das ações deste setor entre os discentes.



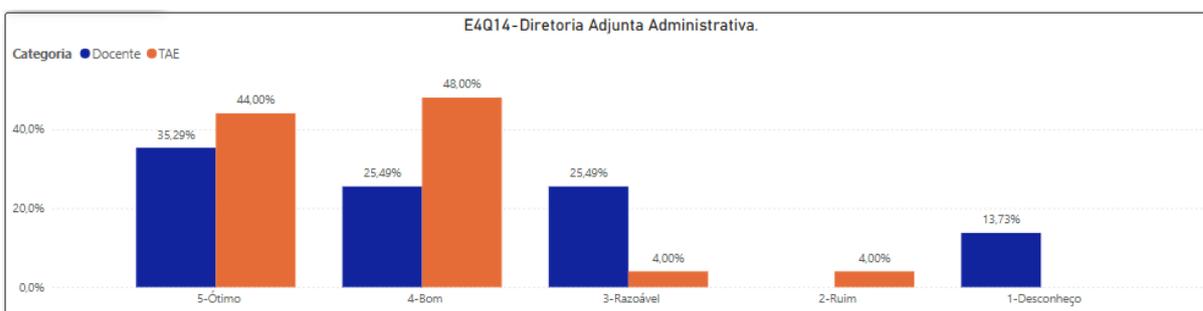
O gráfico indica que há necessidade de atenção em relação à divulgação das ações da Assistência Estudantil entre os servidores.



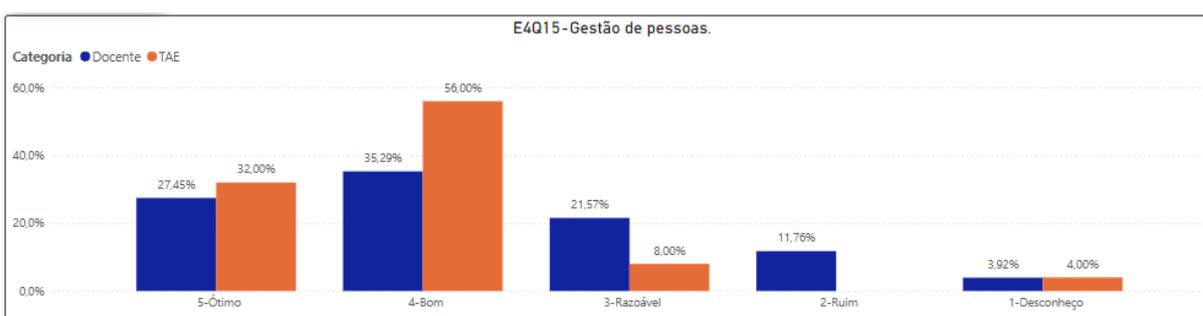
A Direção Geral foi bem avaliada por todos os segmentos.



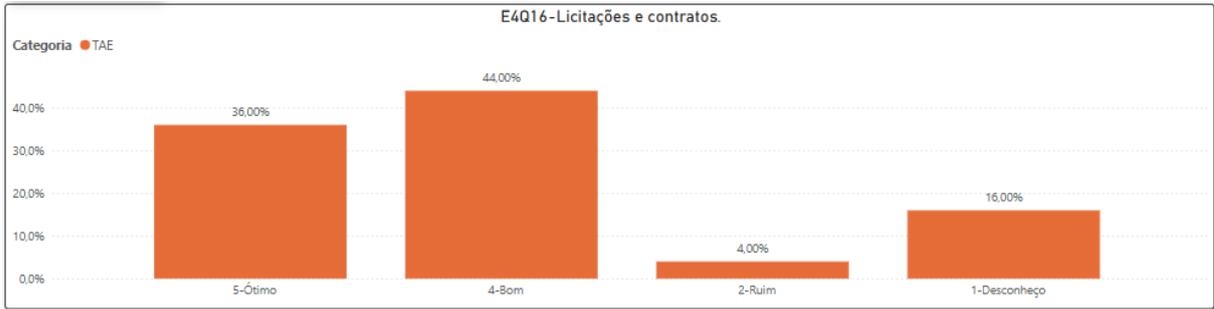
Assim como a Direção Geral, a Diretoria Adjunta Educacional foi bem avaliada por todos os segmentos. O gráfico indica, porém, que há necessidade de atenção em relação à divulgação das ações da DAE entre os discentes.



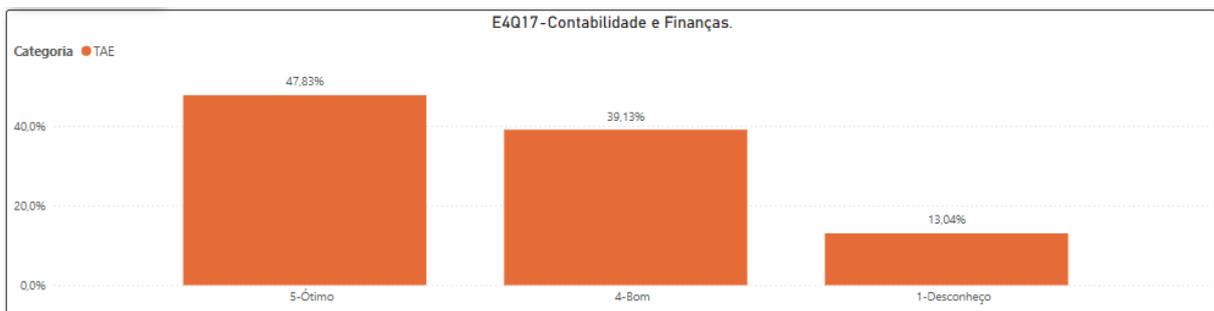
A Diretoria Adjunta Administrativa foi bem avaliada por todos os segmentos.



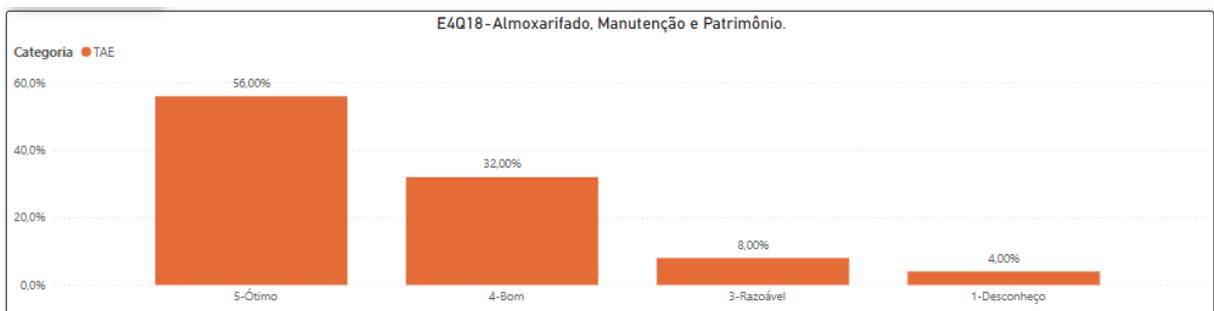
A Gestão de Pessoas foi bem avaliada por todos os segmentos.



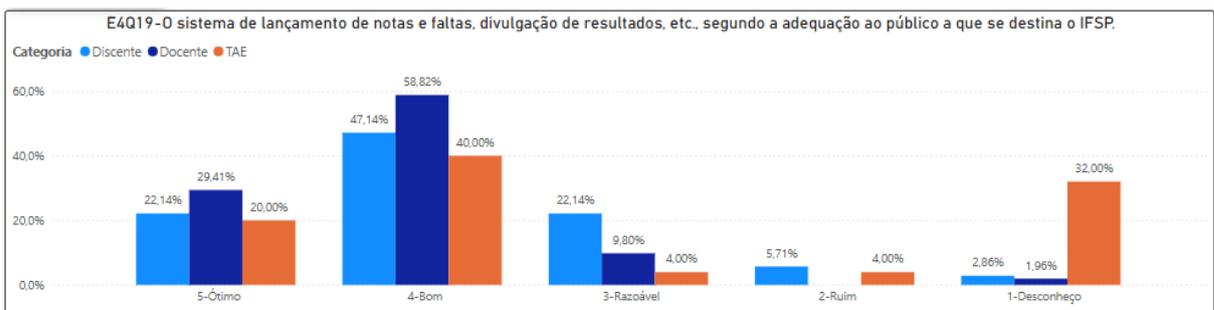
A Coordenadoria de Licitação e Contratos foi bem avaliada pelos TAEs.



O setor de Contabilidade e Finanças foi bem avaliado pelos TAEs.



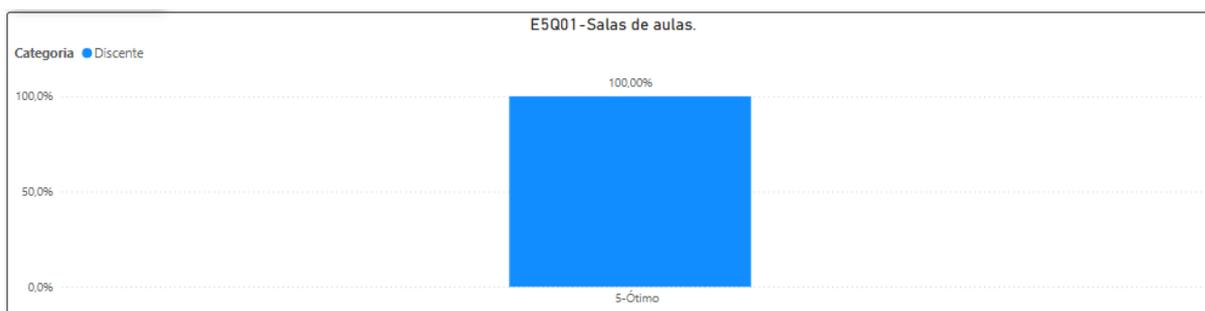
O setor de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio foi bem avaliado pelos TAEs.



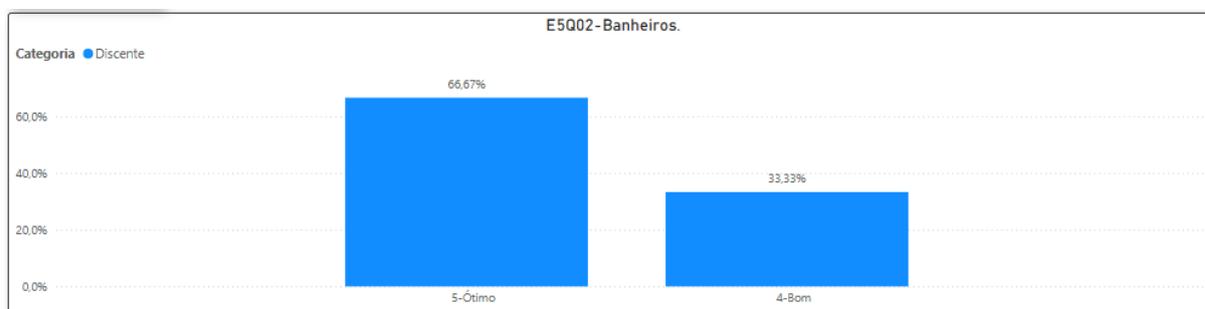
O sistema de lançamento de notas e faltas, bem como de divulgação de resultados, foi bem avaliado por todos os segmentos.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

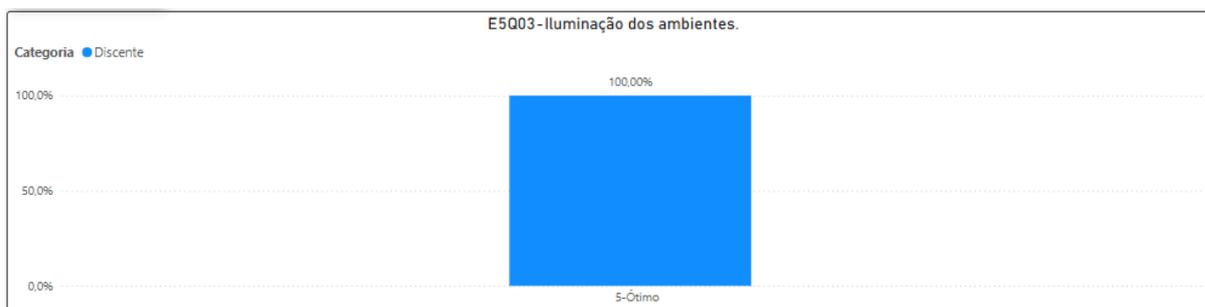
O Eixo 5 apresenta a avaliação da infraestrutura física do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) *campus* São Roque com base nas respostas de discentes sobre diferentes aspectos do ambiente escolar. A análise foi realizada a partir de seis quesitos essenciais.



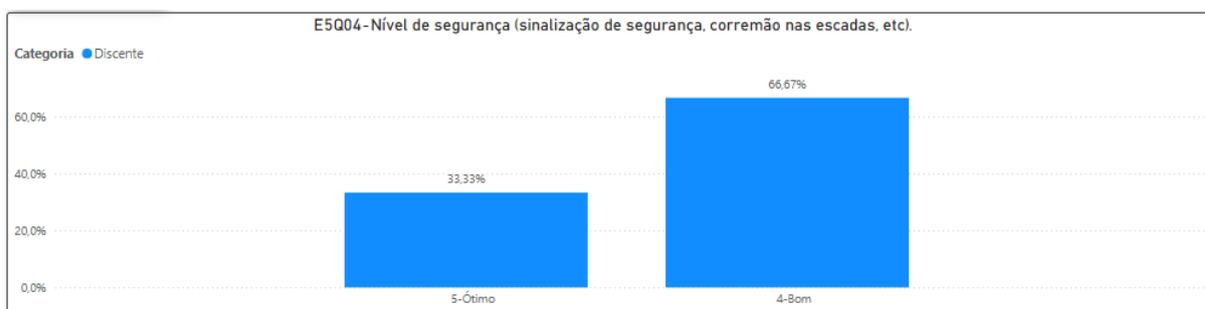
A totalidade dos alunos (100%) considerou as salas de aula como "ótimas", indicando que o ambiente de ensino atende plenamente às expectativas em termos de espaço, estrutura e condições de aprendizado.



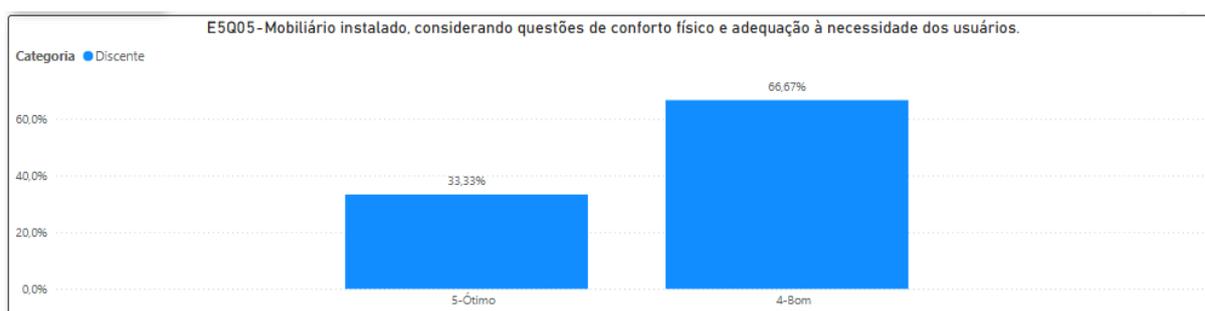
Quanto às condições dos banheiros, 66,67% dos alunos os classificaram como "ótimos", enquanto 33,33% os consideram "bons". Isso sugere que, apesar de bem avaliados, podem haver melhorias pontuais a serem consideradas.



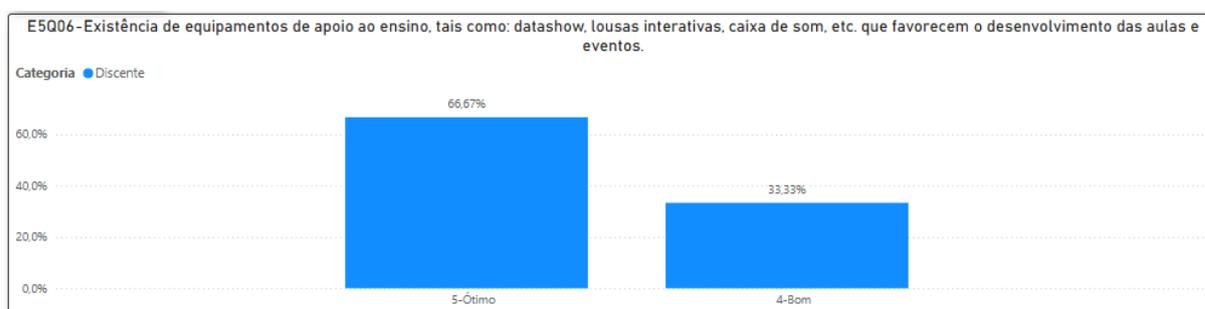
A iluminação foi unanimemente avaliada como "ótima" por 100% dos respondentes, demonstrando que o *campus* oferece boas condições de conforto visual para os estudantes.



Sobre a percepção de segurança, 33,33% avaliaram como "ótima" e 66,67% como "boa". Apesar da maioria considerar o ambiente seguro, pode haver espaço para aprimoramentos em questões de vigilância e prevenção de riscos.

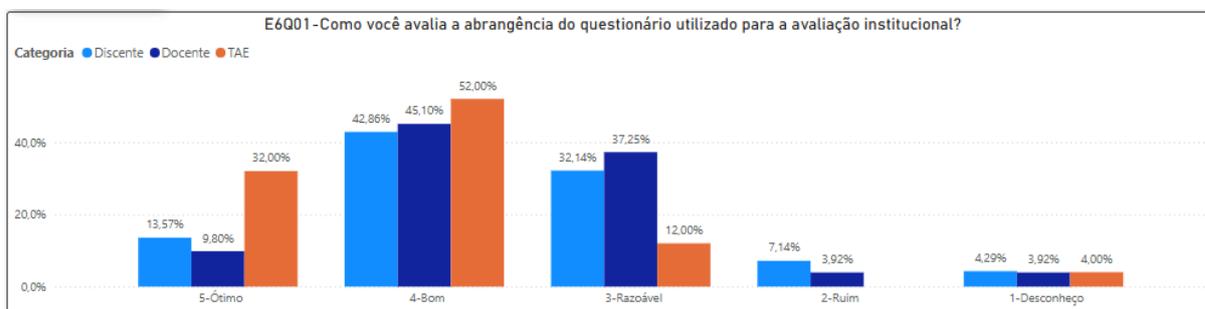


O conforto e adequação do mobiliário receberam 33,33% de avaliação "ótima" e 66,67% "boa". Isso indica que o mobiliário é adequado, mas poderia ser melhorado em aspectos ergonômicos e funcionais.



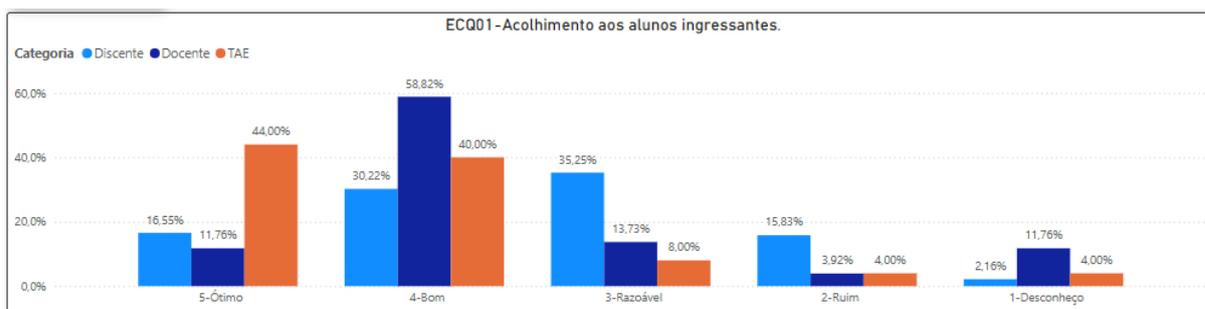
A existência de equipamentos para suporte ao ensino foi avaliada como "ótima" por 66,67% dos respondentes e "boa" por 33,33%, mostrando que os recursos disponíveis atendem às necessidades, mas podem ser expandidos ou modernizados.

EIXO 6 - METAVALIAÇÃO

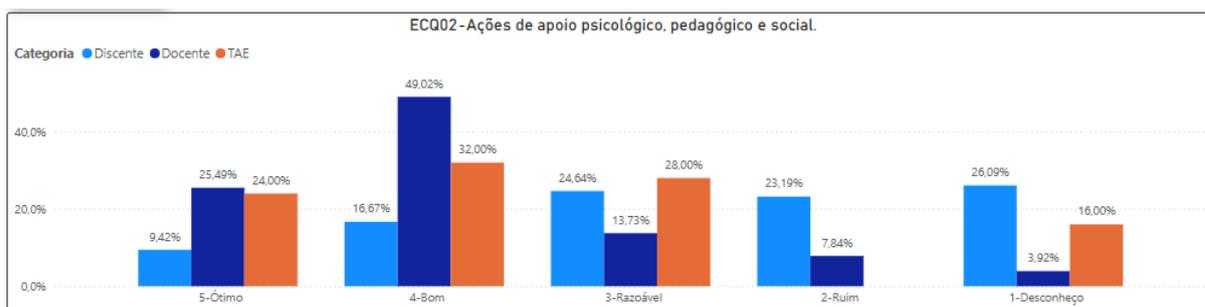


A abrangência do questionário foi bem avaliada por todos os segmentos.

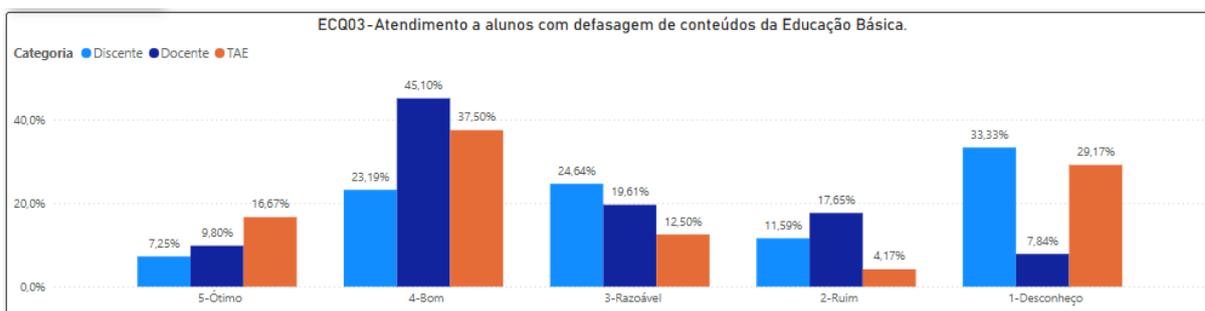
EIXO COMUM



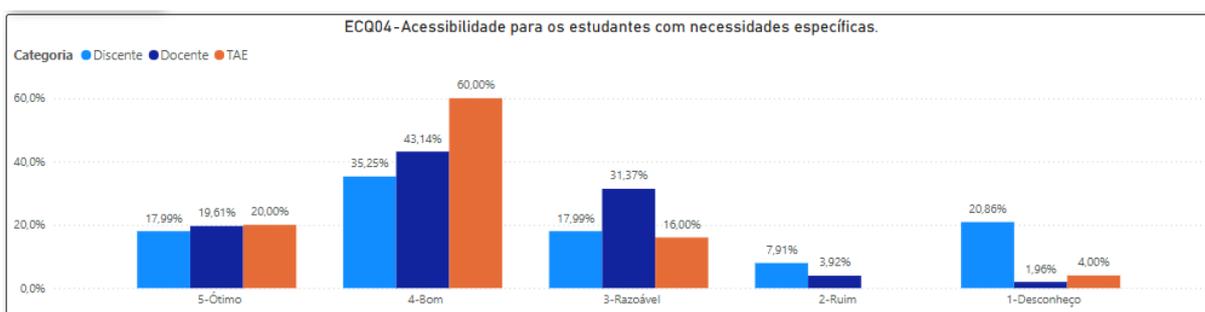
O acolhimento aos alunos ingressantes foi considerado ótimo ou bom por 46,77% dos estudantes, 70,58% dos docentes e 84% dos TAE's. Os índices indicam que as atividades de acolhimento aos ingressantes são satisfatórias na percepção dos docentes e TAE's, mas insatisfatórias pela percepção dos estudantes, pois o índice de ótimo ou bom pela percepção dos estudantes é inferior a 50%.



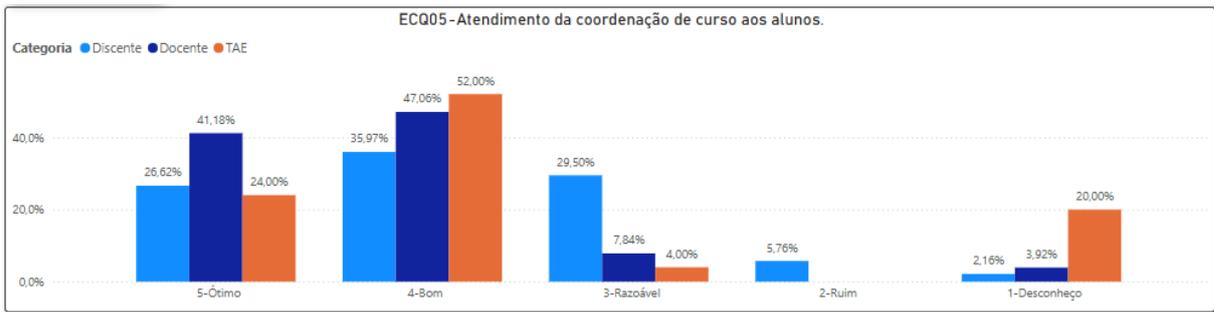
As ações de apoio psicológico, pedagógico e social foram consideradas ótimo ou bom por 26,09% dos estudantes, 74,51% dos docentes e 56% dos TAE's. Para o segmento docente as ações são satisfatórias, enquanto para o segmento TAE são regulares. No entanto, para o segmento discente as ações de apoio psicológico, pedagógico e social foram consideradas insatisfatórias. Essa avaliação do corpo discente pode indicar uma grande demanda que não foi atendida adequadamente e necessita de atenção especial.



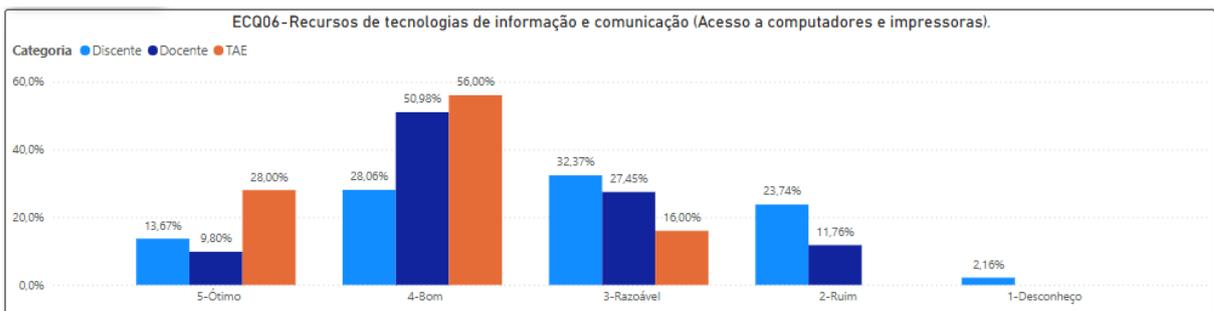
O atendimento a alunos com defasagem de conteúdos da Educação Básica foi avaliado como ótimo ou bom por 30,44% dos estudantes, 54,9% dos docentes e 54,17% dos TAE's. Dessa forma, docentes e TAE's avaliaram o atendimento a alunos com defasagem de conteúdos da Educação Básica como regular. Os discentes avaliaram como insatisfatório.



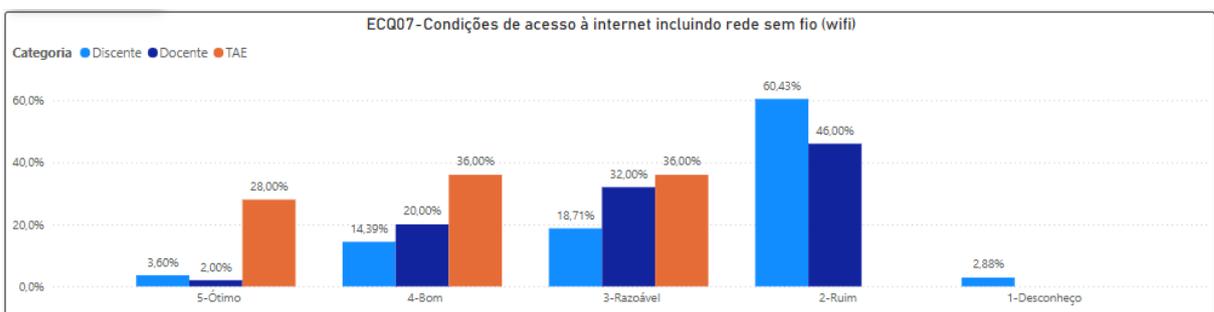
Em relação a acessibilidade para os estudantes com necessidades específicas, avaliaram como ótimo ou bom 50,24% dos estudantes, 62,75% dos docentes e 80% dos TAE's. Sendo assim, o segmento TAE avaliou como satisfatório enquanto docentes e estudantes avaliaram como regular. Portanto, provavelmente, há necessidades e possibilidades de melhorias no que se refere a acessibilidade.



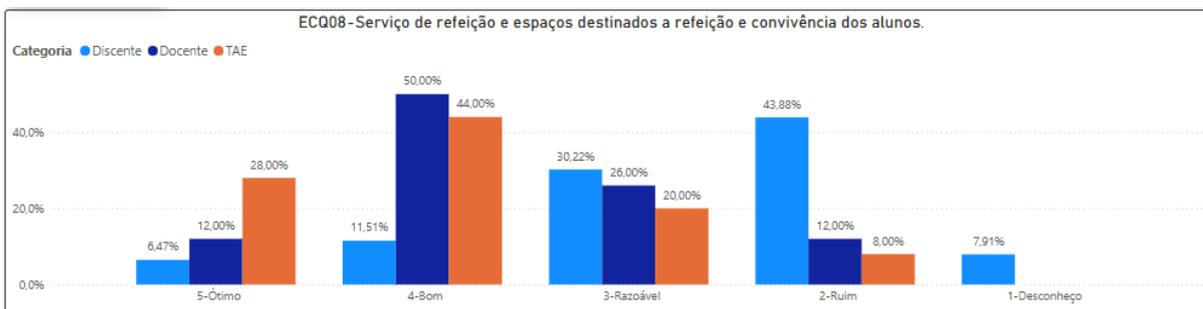
Os segmentos docente e TAE avaliaram de forma satisfatória o atendimento da coordenação de curso aos alunos. Em relação ao corpo discente, pouco mais de 1/3 avalia como razoável, ruim ou desconhece.



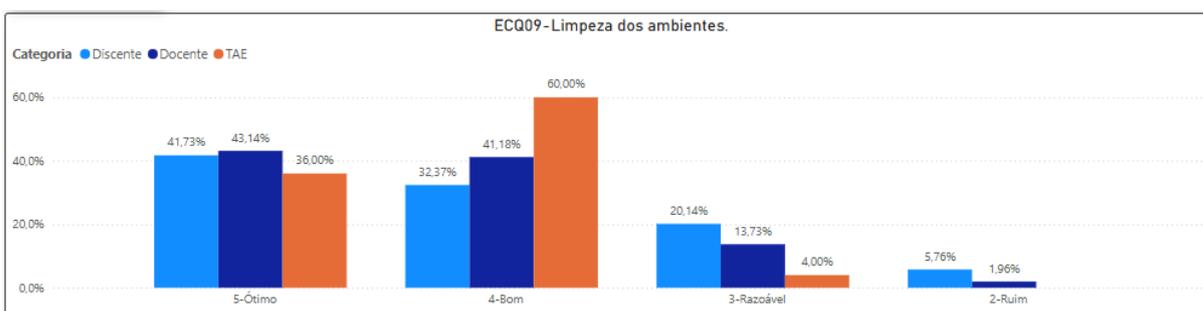
Podemos notar que os recursos de tecnologias de informação e comunicação estão melhor avaliados pelos TAE's, seguido por uma avaliação regular do corpo docente e finalmente considerado insatisfatório pelo corpo discente.



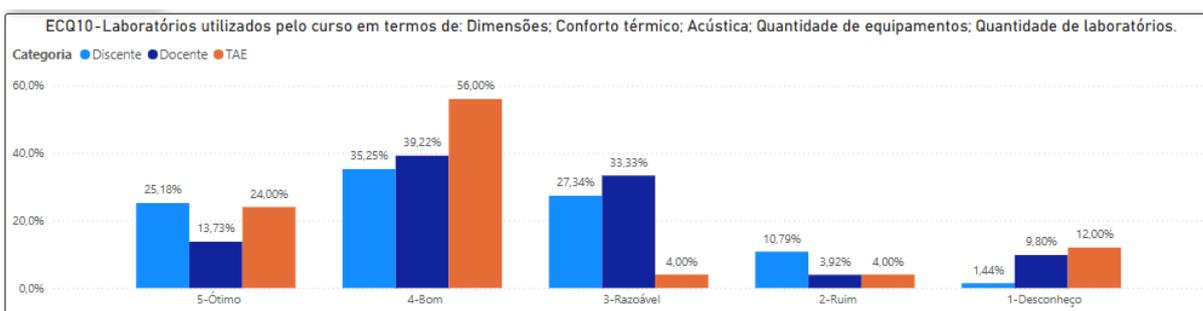
As condições de acesso à internet incluindo rede sem fio foram avaliadas como razoável ou ruim por 79,14% dos estudantes, 78% dos docentes e 36% dos TAE's. Esses números demonstram que melhorar as condições de acesso à internet, incluindo rede sem fio, deve ser uma das prioridades de curto prazo.



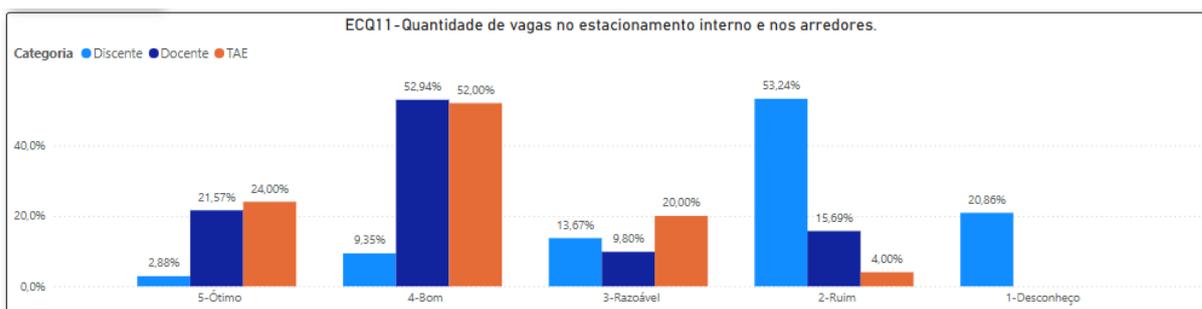
O serviço de refeição e espaços destinados a refeição e convivência dos alunos foram considerados ótimo ou bom por 17,98% dos estudantes, 62% dos docentes e 72% dos TAE's. Portanto, fica evidente a desigualdade de condições no que se refere ao serviço de refeição e espaços destinados a refeição entre servidores e estudantes.



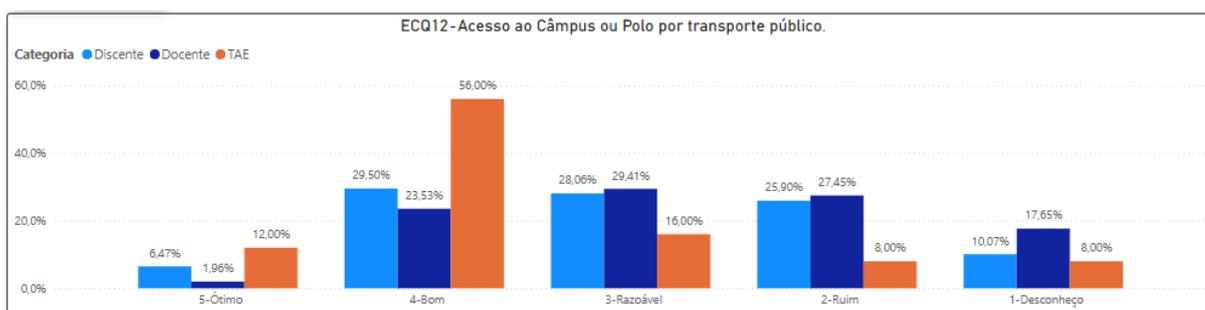
Quanto a limpeza dos ambientes observamos um consenso da comunidade interna que fez uma avaliação satisfatória. Porém, também podemos notar que o segmento discente apresentou um índice de avaliação ótimo ou bom inferior aos respectivos índice dos servidores.



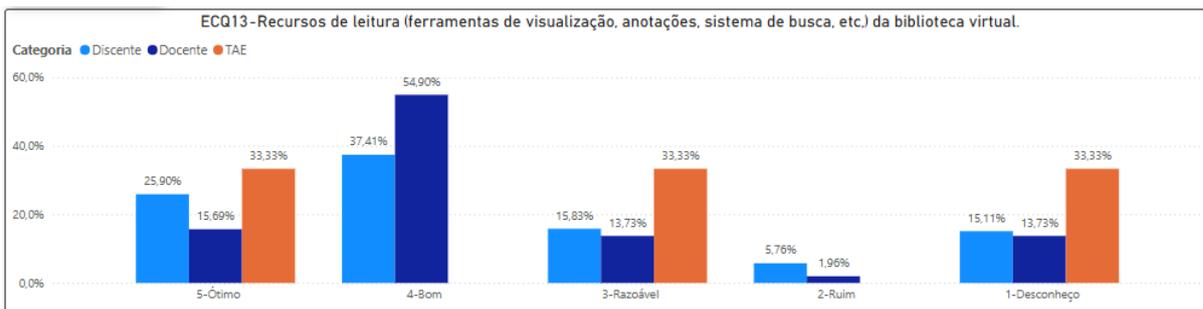
Os laboratórios utilizados pelo curso em termos de dimensões, conforto térmico, acústica, quantidade de equipamentos e quantidade de laboratórios foram avaliados como ótimo ou bom por 57,43% dos estudantes, 52,95% dos docentes e 80% dos TAE's. Assim, os resultados indicam um nível de satisfação regular, ou seja, é indicativo de possíveis melhorias.



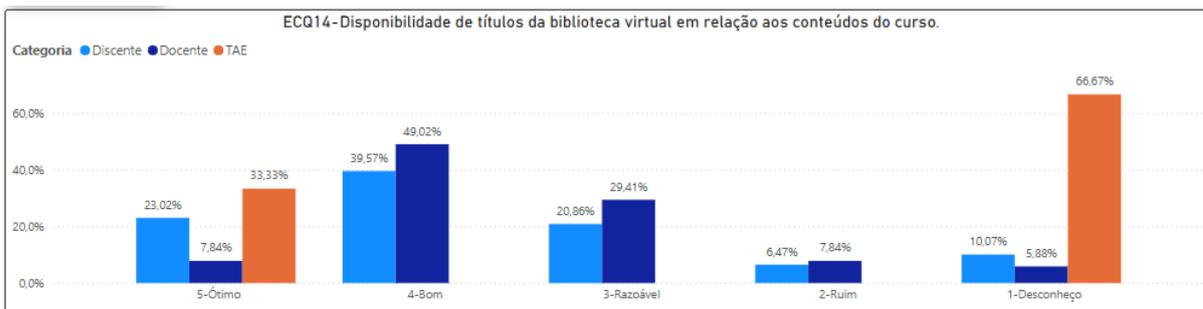
A quantidade de vagas no estacionamento interno e nos arredores foi avaliada como ótimo ou bom por mais de 70% dos docentes e TAE's. Enquanto 87,79% dos discentes avaliaram como regular, ruim ou desconhecer. É importante considerar que a desigualdade evidenciada nesta questão entre estudantes e servidores pode ter reflexo na permanência e êxito estudantil.



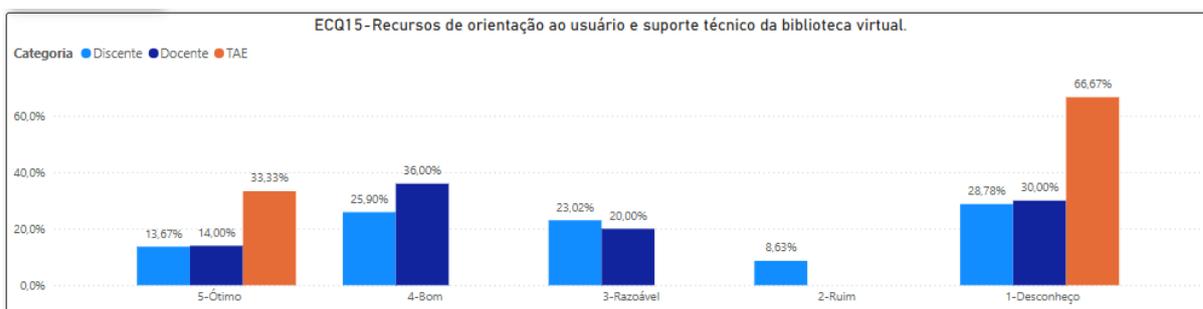
O acesso ao Câmpus por transporte público foi considerado ótimo ou bom por 35,97% dos estudantes, 25,49% dos docentes e 68% dos TAE's. Dessa forma, a maior parte da comunidade interna considera que o acesso ao Câmpus por transporte público é insatisfatória. Essa questão, assim como outras já apontadas, demanda atenção prioritária, pois pode contribuir para a evasão escolar.



Os recursos de leitura (ferramentas de visualização, anotações, sistema de busca etc.) da biblioteca virtual foram avaliados como ótimo ou bom por 63,31% dos estudantes, 70,59% dos docentes e 33,33% dos TAE's. Os resultados indicam um nível de satisfação regular, isto é, com potencial para ser melhorado.



A disponibilidade de títulos da biblioteca virtual em relação aos conteúdos do curso foi considerada ótima ou boa por 62,59% dos discentes, 56,86% dos docentes e 33,33% dos TAE's. Vale ressaltar que 66,67% dos TAE's declararam desconhecer do assunto e, portanto, considerando a manifestação dos corpos discente e docente, podemos observar uma avaliação regular.



Os recursos de orientação ao usuário e suporte técnico da biblioteca virtual foram avaliados como ótimo ou bom por 39,57% dos estudantes, 50% dos docentes e 33,33% dos TAE's. Os resultados podem indicar necessidades de melhorias.

2. Propostas de melhorias

A Comissão Própria de Avaliação do *campus* São Roque sugere:

- A divulgação aos discentes das atividades e relatórios gerados pela CPA, bem como sobre as mudanças e melhorias que ocorreram no *campus* em razão destes relatórios. O gráfico E1Q01 mostrou que 42% dos discentes informaram não ter conhecimento do trabalho realizado pela CPA;
- A manutenção dos aspectos referentes à infraestrutura do *campus*. A análise do Eixo 5 apresentou avaliações positivas por parte dos discentes, com destaque para as salas de aula e a iluminação. No entanto, há espaço para melhorias na segurança, no mobiliário e na manutenção dos banheiros;
- Atenção prioritária para as questões ECQ03, ECQ11 e ECQ12, que apresentaram médio ou baixo percentual de respostas “ótimo” ou “bom”. Essas questões podem ter consequências na evasão escolar, que é um aspecto de grande importância para uma educação efetiva;
- Atenção para as questões ECQ1, ECQ2 e ECQ15, pois os resultados apresentados evidenciam necessidades de melhorias. Em relação ao acolhimento aos ingressantes a avaliação dos estudantes pode indicar necessidade de complementar ou propor novas atividades. Quanto às ações de apoio psicológico, pedagógico e social, o corpo discente apresentou baixo nível de satisfação, sendo notória a alta demanda do corpo discente por tais ações. Necessário avaliar se há necessidade de maior número de profissionais dessa área para suprir a alta demanda. Em relação aos recursos de orientação ao usuário e suporte técnico da biblioteca virtual é possível que medidas de gestão sejam suficientes para produzir melhorias;
- Devida atenção para as questões ECQ4, ECQ6, ECQ7 e ECQ8 que se referem à qualidade da infraestrutura do Campus;
- As questões ECQ5 e ECQ9 apresentaram resultados satisfatório e bom, respectivamente. Vale destacar que a limpeza dos ambientes foi bem avaliada pela comunidade interna. Assim como os problemas apontados, as questões

bem avaliadas também requerem atenção para serem mantidas. Por exemplo, é necessário avaliar se o trabalho dos respectivos profissionais está sendo valorizados adequadamente e se seus direitos estão sendo cumpridos;

- Pensar e implementar melhorias relacionadas a gestão das questões ECQ10, ECQ13 e ECQ14, pois os resultados da pesquisa apontam um nível de satisfação regular, ou seja, com potencial para melhorias.

3. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19001909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui a o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_MEC/CNE. Resolução CNE/CP nº03, de 18 de dezembro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_MEC/CNE. Resolução CNE/CES nº 04, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_MEC/CNE. Resolução CNE/CES nº07, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE

2014-2024, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_MEC/SETEC. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes*. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_Projeto de Lei n.º 3.775, de 23 de julho de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405479>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução n.º 564 de 26 de março de 2012. Aprova o Acordo de Cooperação n. 002/2011 celebrado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2012/resol_564_ok.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução n.º 568/2012, de 05 de abril de 2012. Institui o Programa de Bolsas para discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2012/resol_568.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Estatuto do IFSP. Aprovado pela Resolução n.º 01 de 31 de agosto de 2009. Alterado pela Resolução n.º 872, de 4 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/docs/ESTATUTO_IFSP-_Resoluo_872_2013_-_ALTERAO_da_Resoluo_01-2009.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Regimento Geral do IFSP. Aprovado pela Resolução n.º 871, de 4 de junho de 2013. Alterado pela Resolução n.º 7, de 4 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Colegiados/Regulamentos/regimento-geral-do-ifsp>>

.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 137/2014, de 04 de novembro de 2014. Aprova a Regulamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Disponível em: <[https://ptb.ifsp.edu.br/images/napne/Resol_137_Aprova%20Regulamento%20NAPNE%20\(1\).pdf](https://ptb.ifsp.edu.br/images/napne/Resol_137_Aprova%20Regulamento%20NAPNE%20(1).pdf)> Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 41/2015, de 02 de junho de 2015. Altera a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_41.pdf> Acesso em: 15 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 42/2015, de 02 de junho de 2015. Altera a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_42.pdf> Acesso em: 15 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). PDI-IFSP 2019-2023. Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/noticias/861-pdi-2019-2023-e-aprovado-pelo-consup-e-esta-disponivel-para-consulta>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução n.º 45, de 15 de junho de 2015. Aprova o Regimento dos Conselhos de Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_45_Aprova_Regulamento_CONCAM_final.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Portaria n.º 2.968, de 25 de agosto de 2015. Aprova o Regulamento de Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/prx/NormasManuais/2015_Portaria_2968_Regulamenta_as_aes_de_extenso.pdf> Acesso em: 15 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução IFSP n.º 138, de 8 de dezembro de 2015. Aprova Política

de Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://srq.ifsp.edu.br/attachments/article/323/Resol_138_Aprova_Politica_de_Formacao_Continuada_de_Professores.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução IFSP n.º 26, de 5 de abril de 2016. Regimentos dos câmpus do IFSP. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2016/Resoluo_26_2016_Aprova-o-regimento-dos-cmpus-do-ifsp.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CÂMPUS SÃO ROQUE (IFSP-SRQ). Projeto Político-Pedagógico. Disponível em: <<http://srq.ifsp.edu.br/index.php/sociopedagogico/ppp>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: Orientações Gerais. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_uto_avaliacao_institucional_2004.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

JARDIM, Anna Carolina Salgado. *Representações sociais de professores e gestores sobre “ser professor” no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2018. 278p. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ORTIGARA, Claudino. *Políticas públicas para a educação profissional no Brasil: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2014.

PACHECO, Eliezer; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. In: PACHECO, E. M., MORIGI, V. (Org.). *Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil*. Porto Alegre: Teckne, 2012. p. 15-31.

4. ANEXO

Segue abaixo o texto original enviado pela gestão do Câmpus São Roque sobre as ações realizadas em relação às propostas de melhorias para o ano de 2024. As

propostas foram geradas a partir das respostas obtidas na Autoavaliação de 2023 junto aos discentes, docentes e técnicos administrativos do Câmpus.

Análise ao Relatório de Autoavaliação do Campus pela CPA

Ao olhar o amplo relatório da CPA e ver várias avaliações com percentuais positivos superiores a 70% das respostas, e ao ver cada uma das questões em várias ações e direcionamentos institucionais próprios do IFSP, voltamos o olhar para a administração do campus em seus eixos principais e fazemos essa análise e avaliação à luz do Relatório e do último ano, bem como dos últimos anos.

Administração do Campus

Temos seguido os Planos Institucionais, elaborados e votados pela comunidade acadêmica.

Nós temos considerado na administração do campus, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao estabelecer como alvo a realização de uma gestão democrática, participativa e transparente, em consonância com as bases legais e normativas do IFSP e com a legislação educacional de nosso país, várias premissas estão presentes, onde atuamos de forma democrática, conjuntamente com os representantes dos segmentos educativos e institucionais, coordenadores, colegiados, comissões, CONCAM, equipes e demais grupos e instâncias da educação no campus, no IFSP, e na comunidade, na região, estado e país, e tem sido nossos referenciais, metas e propostas: o respeito e valorização de todas as pessoas, com prontidão para o diálogo construtivo entre a gestão e a comunidade acadêmica, pois acreditamos verdadeiramente que somente juntos poderemos promover o crescimento da instituição.

De igual modo, temos buscado continuamente a construção de uma atmosfera cooperativa e solidária, onde o clima institucional seja propício ao enfrentamento e solução dos desafios. Para tal, temos valorizado e incentivado princípios e valores do diálogo, união, compreensão, ajuda mútua e cooperação.

Ensino

Para alcançar as metas gerais de uma proposta de ensino de qualidade com inclusão, temos:

Incentivado e fomentado as ações de formação continuada levando em conta as demandas do campus, e dessa forma conseguimos fazer uma formação por mês nos anos de 2021 e 2022; no ano de 2023 proporcionamos, além da formação mensal, uma formação mensal (média de 03 a 04 horas) sobre metodologia da aprendizagem

cooperativa e solidária.; tivemos formações em todos os planejamentos pedagógicos desde 2021.

Concentramos esforços junto à comunidade acadêmica local e Reitoria para garantir a efetiva consolidação dos cursos já oferecidos na unidade: temos uma interação contínua, dinâmica e de apoio mútuo com a reitoria, especialmente com as equipes da PRE e PRD visando melhoria contínua das ações de ensino, permanência e êxito e gestão de pessoas.

Incentivamos a continuidade de grupos de estudo e a realização de reuniões específicas para analisar os problemas do ensino e propor ações efetivas para resolvê-los, e a criação de novos grupos em cursos/áreas onde essas ações não estejam ocorrendo: criamos a equipe base do Programa Escolas 2030, que se reúne semanalmente para discutir estratégias e práticas pedagógicas das turmas acompanhadas pelo Programa (acompanhamento contínuo iniciou-se em 2023. Essa ação se deve a um projeto de pesquisa-ação que continua em desenvolvimento no ano de 2024, atingindo agora as turmas de 1º e de 2º ano – introdução da metodologia da aprendizagem cooperativa visando o desenvolvimento de 05 dimensões de aprendizagem – autoconhecimento, colaboração, empatia, protagonismo e criatividade. Tb está sendo desenvolvido um projeto de pesquisa sobre equidade entre pessoas com e sem deficiência, interétnica e de gênero. Esse projeto nos mostrou alguns pontos que podemos melhorar, como por exemplo, a necessidade de fazer um trabalho mais amplo e aprofundado de sensibilização de toda a comunidade acadêmica – em especial, estudantes, para que possamos acolher melhor e realizar um processo de inclusão mais efetivo dos estudantes acompanhados pelo NAPNE.

Apoiamos o sociopedagógico em parceria com as coordenações de curso e docentes em ações e programas de permanência e êxito, pois muito embora haja carência de reuniões e orientações por parte da comissão central de permanência e êxito, a DAE, junto com DRG, CSP e outros atores têm melhorado a qualidade da alimentação ofertada aos estudantes (lanche seco), ações de acompanhamento pedagógico e psicológico de estudantes, ações efetivas do NAPNE (a contratação de profissionais AAEE é fundamental); incentivo à participação dos estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como ampla divulgação dos estudantes no Programa de Auxílio Permanência.

Fomentamos e incentivamos a realização de projetos, propostas, programas e variadas ações que tenham por alvo a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, e, sobretudo, por meio do Programa Escolas 2030 também temos angariado esforços em termos de projetos de ensino, além daqueles participantes em editais internos, outros contemplados em editais da PRE.

Incentivamos a criação de caminhos e estratégias para que a integração curricular seja real, e não apenas uma denominação que se dá à formação profissionalizante integrada a conteúdos generalistas, e para tal motivamos a equipe educativa na realização de

projetos, pesquisas, propostas, trocas de experiências, reuniões, grupos de estudo, e outras ações, tanto no ensino médio como no ensino superior, de tal forma que a integração curricular seja uma prática e uma meta permanente. Em paralelo a DAE tem incentivado a discussão e a prática da integração curricular na educação básica. As reuniões da educação básica em 2024 terão espaço destinado às discussões e propostas em pequenos grupos, mas diferente das tentativas anteriores, desta vez com roteiro pré-estabelecido para sistematização e compartilhamento das propostas e ideias. Em relação aos cursos superiores DAE e DRG tem participado eventualmente das reuniões para identificar demandas e solucionar problemas cotidianos. Também têm incentivado um acompanhamento pedagógico mais amplo e profundo nos cursos superiores, como acontece na educação básica.

Promovemos e facilitamos políticas de acessibilidade e inclusão aos discentes com necessidades educacionais específicas. Além da definição de novos e ampliados rumos para o NAPNE, a contratação de profissionais AAEE e a participação sistemática do NAPNE nas reuniões de curso tem possibilitado que as ações se efetivem. Além disso, a pesquisa sobre equidade tem contribuído nessa frente de ação.

Incentivamos, criamos condições e motivamos a prática de uma educação verdadeiramente inclusiva, seja através do NAPNE, seja por meio da ação docente e administrativa, mas com acréscimo: os servidores do campus estão cada vez mais engajados nessas ações e o número de estudantes atendidos pelo NAPNE tem crescido a cada ano.

Prosseguimos na realização de estudos e projetos que possibilitem a criação de cursos na modalidade PROEJA no campus. Agora, exatamente nesse momento, estamos dialogando com a prefeitura detalhes dessa construção para a efetiva implantação a partir de 2025.

Incentivamos, de acordo com a proposta do PDI, o avanço e conclusão dos trabalhos relativos aos 'Currículos de Referência', e, de igual modo, a análise, avaliação e atualização dos PPCs dos cursos em possíveis adequações e modernizações em anos recentes, e o que já foi feito está em implantação - implantação iniciada em 2023. Já temos mostras de que precisaremos rever os CR em breve e posteriormente fazer pequenos ajustes nos PPCs.

Promovemos estudos e formação sobre as Metodologias Ativas, Avaliação, e modelos pedagógicos baseados em Tecnologia da Informação para toda a equipe docente, envolvendo nossos docentes e técnicos.

Incentivamos os docentes e a equipe sociopedagógica às ações de parceria e integração, numa via de mão dupla na promoção da aprendizagem efetiva dos estudantes: a parceria com a CSP melhorou muito nesses anos (2021 a 2024) e as ações têm sido contínuas.

Buscamos e incentivamos novas dinâmicas e propostas para a realização dos Conselhos de Classe - há uma melhora significativa nos conselhos de classe com a

participação da CAE; outra coisa que melhorou foram as discussões semanais, a forma de registro relativo aos alunos por meio do ETEP e os próprios registros de acompanhamento dos conselhos de classe sofreram alterações e melhorias.

Incentivamos e criamos condições – formação e estrutura – para que, no âmbito da Lei, e democraticamente, de acordo com as equipes dos cursos, atividades educacionais e/ou aulas na modalidade EAD sejam ofertadas, respeitando para tal, as possibilidades, interesses e condições docentes e discentes – alguns cursos já inseriram carga horária EaD (BAD por exemplo); o moodle permaneceu sendo utilizado como uma ferramenta de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Todos os componentes curriculares permanecem tendo seu espaço no moodle.

Motivamos e incentivamos as ações, projetos e programas da Coordenação sociopedagógica junto ao grupo de docentes e discentes.

Realizamos estudos sobre a verticalização em nível de pós-graduação dos cursos superiores oferecidos no Câmpus, localmente ou em parceria com a Reitoria – e isso resultou no novo PDI 2024-2028 na próxima criação do MBA na área de gestão, especialização na área de educação em Direitos Humanos já aprovados no PDI. Nossos outros cursos possuem verticalização entre médio e superior.

Continuamos os investimentos em estrutura para que os ambientes educativos sejam cada vez mais adequados, modernos e inclusivos, e embora acreditemos que temos que avançar mais, todas as salas estão equipadas com datashow, som, tela de projeção, computador e internet; temos computadores acessíveis na biblioteca e laboratório de informática; há também equipamentos para uso dos estudantes atendidos pelo NAPNE.

Acompanhamos, motivamos e ampliamos a comunicação nos espaços dos murais e no site institucional, buscando assegurar que os programas de assistência estudantil sejam abertos e conhecidos pelos estudantes. Há momentos de sensibilização e apresentação das equipes de ensino e dos programas de permanência e êxito que incluem bolsas de ensino, pesquisa e extensão e auxílios estudantis; há murais destinados aos setores onde são divulgadas as ações; o site institucional é sempre atualizado. Também fazemos uso do instagram como plataforma de divulgação das nossas ações. Há whatsapp institucional em quase todos os setores. Alguns não dispõem de aparelho celular para a instalação.

Criamos e ampliamos os incentivos à arte e cultura no campus: temos um calendário de eventos, cada qual contendo servidores responsáveis pela organização. A Mostra de Arte já é histórica no campus, estamos na VII edição.

Motivamos e criamos meios para o incentivo à prática de atividades físicas e esportes pela comunidade acadêmica: treinos, projetos FIC, projetos de extensão em andamento. Temos muito sucesso nessas ações com times vencedores em JIF e JIS; além de interclasses e amistosos com outras escolas e entidades.

Incentivamos a divulgação das campanhas nacionais de saúde física e emocional no campus (ex. Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Dezembro Vermelho, dentre outras), sendo propostas que sempre fazemos.

Incentivamos a participação nas Olimpíadas de Conhecimentos (Geografia, Astronomia, Matemática, Língua Portuguesa). Essas têm sido ações recorrentes em nosso campus. Conquistamos medalhas em diversas áreas do conhecimento e tivemos alunos contemplados com viagens para participação em etapas finais dessas olimpíadas (matemática, astronomia). Há projetos de ensino voltados para esse enfoque. Fomos recordistas do IFSP na conquista de medalhas de geografia em 2023.

Pesquisa

Com o objetivo geral de fortalecer as ações da Coordenação de Pesquisa e incentivar o desenvolvimento de pesquisas pelos servidores docentes e técnicos, bem como pelos discentes, visando a ampliação dos conhecimentos, criação de produtos, processos e serviços, especialmente aqueles voltados às soluções de problemas locais e regionais, nós agimos de diversas maneiras:

Incentivamos a criação e fortalecimento de grupos de pesquisa no campus. Além de manter os grupos existentes, tivemos o acréscimo de mais três grupos de pesquisa.

Estabelecemos uma cultura de divulgação científica com seminários, colóquios, palestras, e eventos científicos para a socialização da produção do campus; Tivemos o fortalecimento da CIPATEC e das Semanas Especiais dos Cursos. Incentivamos a organização e sistematização, através dos coordenadores, das semanas especiais dos cursos ou áreas, onde haja claro incentivo à apresentação da produção científica.

Melhoramos as condições de espaço de trabalho para docentes e técnicos pesquisadores, com a manutenção e aprimoramento dos laboratórios. Temos novos espaços acadêmicos e de pesquisa frutos das reformas, bem como temos trabalhado para melhorar os espaços e também tivemos ganhos em equipamentos de pesquisa com doações que recebemos da UNESP e da UFSCAR.

Incentivamos, além dos docentes, a participação dos discentes e servidores técnicos nos editais de pesquisa. Temos tido boa divulgação e a nova página do campus tem ajudado nesse sentido.

Temos criado condições favoráveis para que a CIPATEC ou Semana Científica abram espaço para atividades nos Moldes de Feira de Ciências e Feira Cultural: isso tem acontecido em todas as edições para essas atividades relativas à Feiras de Ciências.

Realizamos pesquisas e projetos para a criação no campus de um Núcleo de Inovação e Tecnologia na área do nosso curso do Vinho. Dessa forma estamos criando um Núcleo Avançado de Pesquisas e Inovação em Enologia e Viticultura.

Buscamos em todos esses anos recursos para vários aspectos estruturais e de funcionamento do campus. Com a diminuição contínua do orçamento do campus, estamos lutando por uma recomposição orçamentária.

Temos incentivado a utilização dos laboratórios do campus para a realização de pesquisas aplicadas. Com a reforma do Bloco dos Laboratórios e dos espaços de aulas e pesquisas, tivemos uma significativa melhoria nesse aspecto. Incentivamos políticas e iniciativas sustentáveis e implementadoras de economia e preservação no campus. Temos no campus os painéis fotovoltaicos que nos fornecem energia e diminuem o custo da conta da energia elétrica. De igual forma, ações foram feitas pela Comissão de Sustentabilidade. Agora esperamos um incremento nesse sentido com a reformulação da Comissão.

Incentivamos e valorizamos a produção de trabalhos voltados ao desenvolvimento das tecnologias sociais aplicadas às comunidades. O Grupo de Estudos e Ações em Agroecologia promoveu muitas ações nesse sentido.

Incentivar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de atuação dos profissionais do campus. Temos incentivado continuamente os profissionais do campus nessa direção.

Extensão

Sendo a Extensão, no eixo *ensino, pesquisa e extensão*, a atividade que integra a comunidade à matriz curricular e à pesquisa teórica e prática, numa ação transformadora entre as instituições de ensino e os outros setores da sociedade, sua importância neste projeto é evidente, e as ações propostas têm sido:

Fomentamos, incentivamos e fortalecemos as parcerias com as empresas locais para realização de estágios, e com Sindicatos que atuam nas áreas de formação do campus. Temos várias parcerias, entre as quais se destacam Prefeitura; Sindusvinho; APTA; UFC; Hersheys e várias outras. O Sindusvinho e as 22 vinícolas parceiras têm sido grandes aliados em nossas ações educacionais.

Trouxemos ao campus parceiros por áreas de formação, para a realização de palestras e eventos para os alunos: vários palestrantes parceiros têm vindo participar de nossas semanas especiais e das formações continuadas.

Incentivamos continuamente a realização de cursos de Formação Inicial e Continuada e buscamos continuamente demandantes para a oferta dos cursos de FIC: em 2023, por exemplo, tivemos 42 cursos e eventos formativos da Extensão.

Incentivamos as ações de discussão para a implementação das ações de curricularização da Extensão.

Realizamos muitas e muitas visitas técnicas.

Promovemos ações e políticas de recepção dos novos discentes, com atividades e gincanas promovidas pelos alunos veteranos, dentre outras, mostrando que a Instituição é um ambiente respeitoso, acolhedor e inclusivo: realizamos através da

DAE, CSP e Grêmio. Garantimos momentos de integração e aprendizagem, através de palestras para a comunidade acadêmica, com temas relevantes, como: ECA, Educação Sexual, Violência, Bullying, Inclusão, Gênero, Pautas antirracistas, Questões Étnicas, Econômico-sociais, e outras diversidades.

Promovemos interclasses, Jogos, JIFS, JIS, gincanas ou outras ações esportivas e culturais envolvendo várias turmas, docentes, técnicos e mesmo outras instituições.

Ampliação e Otimização dos Recursos Estruturais e Físicos

Criação/Modificação/ Ampliação do Refeitório	Sim
Reforma dos Laboratórios e Casas de Vegetação;	Sim / Sim
Modificação/Reforma da Portaria	Sim
Ampliação da Biblioteca	Sim
Reforma/ Ampliação/Modificação dos Banheiros	Sim (nos novos edifícios inaugurados a partir de 2021)
Criação de mais espaços didáticos (Laboratório de Gestão, Sala de Artes)	Sim
Com a Ampliação da Biblioteca, reorganização dos espaços/salas na parte de baixo com novos espaços para reuniões, e espaços para estudos individualizados (bairros)	Sim. A Biblioteca foi finalizada em maio de 2024. O novo espaço embaixo já é dos docentes.
Criação de mais um laboratório de Informática	Sim (o espaço foi criado, faltam 50 computadores novos)